



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR:
um estudo sobre o trabalho do assistente social na Guarda Mirim de Foz do Iguaçu

**ELIZABETH MENDONÇA DE PAIVA
SOARES**

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: um estudo sobre o trabalho do assistente social na Guarda Mirim de Foz do Iguaçu

**ELIZABETH MENDONÇA DE PAIVA
SOARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr^a Talita de Melo Lira

Foz do Iguaçu
2023

ELIZABETH MENDONÇA DE PAIVA SOARES

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: um estudo sobre o trabalho do assistente social na Guarda Mirim de Foz do Iguaçu

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr^a Talita de Melo Lira
UNILA

Prof. Dr^a Claudiana Tavares da Silva Sgorlon
UNILA

Prof. Dr^a Maria Bernadete Maia
UNILA

Foz do Iguaçu, 26 de outubro de 2023

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(...x..) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.x.) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho ao meu filho Daniel e a minha filha Camila, a minha mãe (in memoriam), as minhas amigas, e familiares, que não me deixaram parar no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudo, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A minha orientadora Talita de Melo Lira, não só pela constante orientação neste trabalho, que me permitiu apresentar um melhor desempenho, mas sobretudo pela sua amizade, dedicação, paciência e por elevar a minha autoestima nas horas em que eu pensava que não iria conseguir chegar até aqui.

As professoras Maria Bernadete Reis Maia e Claudiana Tavares da Silva Sgorlon pelo aceite ao meu convite para a participação da minha banca, os meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas de curso com quem convivi ao longo desses anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências, em especial a Maria de Lourdes Aquino Echeguren e a Sirlei Radaelli por me apoiarem e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

A minha mãe que partiu sem que pudesse ver esse momento tão importante na minha vida, mas que me incentivou muito a fazer uma graduação.

Ao meu pai que mesmo de longe me mandava palavras de apoio, e que falava do quanto ele tinha orgulho do que eu estava fazendo.

Agradeço também ao presidente da Guarda Mirim, e às assistentes sociais onde tive a oportunidade de fazer o meu estágio obrigatório I, II, III e IV, pelo fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa possibilitando a realização deste trabalho, ajudando no meu processo de aprendizagem.

A Universidade Federal da Integração Latino-americana - UNILA, onde pude concluir o curso de Bacharelado em Serviço Social, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo que aprendi ao longo dos anos do curso.

*Política sem princípios,
prazer sem compromisso,
riqueza sem trabalho,
sabedoria sem moral,
ciência sem humanidade
e oração sem caridade*
Mahatma Gandhi

SOARES, Elizabeth Mendonça de Paiva. **SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU.** 2023, 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho do profissional do assistente social no “terceiro setor” inserido na Guarda Mirim de Foz do Iguaçu como também suas limitações e desafios no cenário neoliberal. Para a fundamentação teórica foi realizada uma breve contextualização histórica do neoliberalismo, da Guarda Mirim em Foz do Iguaçu, como também do exercício profissional do Assistente Social, suas atribuições e competências. O presente trabalho de conclusão de curso trata-se de uma pesquisa exploratória e de campo, orientada por um método de abordagem de natureza qualitativa, utilizando a técnica de entrevista semi estruturada com 3 (três) assistentes sociais que trabalham atualmente na Guarda Mirim em Foz do Iguaçu. Por meio desta metodologia foi possível ressaltar as limitações e demandas vivenciadas pelas profissionais comprometidas, com um olhar crítico dentro do Terceiro Setor, frente ao cenário neoliberal, onde a diminuição da responsabilidade do Estado afeta diretamente na garantia de direitos dos adolescentes atendidos na Instituição e que fazem parte do Programa de Aprendizagem. Com os resultados obtidos, concluiu-se que a conjuntura Neoliberal está enraizada em todas as formas de relações sociais, e o assistente social diante desse cenário em que o mesmo está inserido e onde sua forma de atuação por muitas vezes é contraditória o mesmo tem o papel de grande relevância onde o Estado é mínimo em relação a garantias de direitos e implementação de políticas pública, o profissional tem o grande desafio, a de que os direitos já conquistados sejam efetivado ,mantendo uma postura crítica a esse modo de reprodução capitalista e sempre se baseando e se direcionando pelo projeto ético-político a de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipatória para todos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Terceiro Setor; Serviço Social.

SOARES, Elizabeth Mendonça de Paiva. **SERVICIO SOCIAL Y TERCER SECTOR: UNA MIRADA AL TRABAJO DE LOS TRABAJADORES SOCIALES DE LA GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU**. 2023, 78 pág. Trabalho de Finalização de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el trabajo de los trabajadores sociales del “tercer sector” insertado en la Guarda Mirim en Foz do Iguaçu, así como sus limitaciones y desafíos en el escenario neoliberal. Para la fundamentación teórica, se realizó una breve contextualización histórica del neoliberalismo, de la Guarda Mirim en Foz do Iguaçu, así como del ejercicio profesional de los Trabajadores Sociales, sus deberes y competencias. Este trabajo de conclusión del curso es una investigación exploratoria y de campo, guiada por un método de abordaje cualitativo, utilizando la técnica de entrevista semiestructurada realizada a 3 trabajadoras sociales que actualmente actúan en la Guarda Mirim en Foz do Iguaçu. A través de esta metodología, se logró evidenciar las limitaciones y desafíos que viven los profesionales comprometidos, con una mirada crítica dentro del Tercer Sector, frente al escenario neoliberal, donde la disminución de la responsabilidad del Estado incide directamente en la garantía de derechos de los adolescentes atendidos en la Institución y que forman parte del Programa de Aprendizaje. Con los resultados obtenidos, se concluyó que la situación Neoliberal está arraigada en todas las formas de relaciones sociales, y el trabajador social frente a este escenario en el que se inserta y donde su forma de acción es muchas veces contradictoria, tiene el papel de gran relevancia donde el Estado es mínimo en relación a las garantías de derechos y la implementación de políticas públicas, el profesional tiene el gran desafío, el de que los derechos ya conquistados sean implementados, manteniendo una postura crítica hacia este modo de reproducción capitalista y siempre basado y guiado por el proyecto ético-político de una sociedad más justa, igualitaria y emancipadora para todos.

Palabras clave: Neoliberalismo; Tercer Sector; Trabajo Social.

SOARES, Elizabeth Mendonça de Paiva. **SOCIAL SERVICE AND THIRD SECTOR: A LOOK AT THE WORK OF SOCIAL WORKERS AT GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU**. 2023, 78 p. Course Completion Work (Graduation in Social Service) - Federal University of Integration LATino - Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

ABSTRACT

This research aims to analyze the work of social workers in the “third sector” inserted in Guarda Mirim de Foz do Iguaçu as well as their limitations and challenges in the neoliberal scenario. For the theoretical foundation, a brief historical contextualization of neoliberalism, of Guarda Mirim in Foz do Iguaçu, as well as the professional practice of Social Workers, their duties and competencies, was carried out. This course conclusion work is an exploratory and field research, guided by a qualitative approach method, using the semi-structured interview technique with 3 social workers who currently work at Guarda Mirim in Foz do Iguaçu. Through this methodology, it was possible to highlight the limitations and demands experienced by committed professionals, with a critical look within the Third Sector, in the face of the neoliberal scenario, where the decrease in State responsibility directly affects the guarantee of rights of adolescents served at the Institution and who are part of the Learning Program. With the results obtained, it was concluded that the Neoliberal situation is rooted in all forms of social relations, and the social worker, faced with this scenario in which he is inserted and where his form of action is often contradictory, has the role of great relevance where the State is minimal in relation to guarantees of rights and implementation of public policies, the professional has the great challenge, that of the rights already conquered are implemented, maintaining a critical stance towards this mode of capitalist reproduction and always based on and guided by the ethical-political project of a more just, egalitarian and emancipatory society for all.

Key words: Neoliberalism; Third Sector; Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA	Associação Fraternidade Aliança
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
CAPs	Centro de Atenção Psicossocial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e Adolescente
CENEAS	Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CT	Conselho tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos
GIFE	Grupo de Instituto, Fundações e Empresas
GMFI	Guarda Mirim de Foz do Iguaçu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não-governamentais
OPS	Organização Panamericana de Saúde
OSCs	Organizações da sociedade civil
OSFL	Organizações sem fins lucrativos
PIIT	Programa de Iniciação e Incentivo ao Trabalho
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPS	Plano Político Social Guarda
PSB	Plano Social Básico
PSE	Proteção Social Especial
RJ	Rio de Janeiro
SNAS	Sistema Único de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Saúde
UKA	Inglaterra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO14

2 SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR17

2.1 NEOLIBERALISMO E TERCEIRO SETOR17

2.2 SERVIÇO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO TERCEIRO SETOR BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA29

2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE NO TERCEIRO SETOR.37

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, O SURGIMENTO DA GUARDA MIRIM E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO44

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU44

3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GUARDA MIRIM48

3.3 DESAFIOS E LIMITAÇÕES PROFISSIONAIS57

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS60

ANEXO I.....	67
APÊNDICE I	70
APÊNDICE II	71
APÊNDICE III	72
APÊNDICE IV.....	74

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço do neoliberalismo em 1990 no Brasil, onde o Estado passa a responsabilidade para o Terceiro Setor, diminuindo as obrigações deste entre federado com o social, garantindo o Estado máximo para o capital e mínimo para o social, abrindo novos espaços sócio ocupacionais para os assistentes sociais como o Terceiro Setor que passa a requerer a força de trabalho do assistente social (CALEGARE, 2009).

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o trabalho do profissional do assistente social no “terceiro setor” inserido na Guarda Mirim em Foz do Iguaçu, para isso foi planteado os seguintes objetivos específicos; a) caracterizar o terceiro setor enquanto campo de trabalho do assistente social; b) identificar os principais instrumentos utilizados pelo assistente social no terceiro setor; e c) analisar os limites e possibilidades do trabalho da assistente social na Guarda Mirim.

O interesse sobre o tema surgiu a partir da experiência pessoal da pesquisadora, que esteve inserida na instituição da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, realizando o estágio obrigatório III através da vivência na instituição em questão. A instituição oferece atividades complementares dentro do programa de Aprendizagem profissional, proporcionando aos jovens de obter uma formação profissional, se atentando às suas particularidades.

O estágio obrigatório, possibilitou a aproximação com o exercício profissional do assistente social da instituição, das demandas e os desafios que surgem no seu cotidiano. Essas demandas vêm exigindo desses profissionais a criação de estratégias para o enfrentamento das múltiplas expressões da Questão Social sendo este seu objeto de intervenção.

Este trabalho se baseia na premissa que a pesquisa é um processo que visa obter ou descobrir respostas para problemas por meio de procedimentos científicos. Para Antonio Gil por meio desses procedimentos que constituem o método científico é possível "obter novos conhecimentos no campo da realidade social" (GIL, 1989, p. 43).

A pesquisa utilizada foi exploratória e de campo. Segundo Gil (2002, p. 41) pesquisas exploratórias visam proporcionar uma maior proximidade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, a pesquisa exploratória inclui

levantamento bibliográfico que subsidiou o aporte teórico da pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos, a pesquisa de campo:

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (2008, p. 186).

Segundo estes autores, esse tipo de pesquisa permite observar os fatos e fenômenos como ocorreram espontaneamente na coleta de dados. Optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, visto que ela possibilita uma maior aproximação com os sujeitos investigados.

Para Minayo (2008) a pesquisa qualitativa possibilita uma aproximação da história, das relações, representações e das diferentes opiniões e interpretações das inter-relações desses sujeitos.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Segundo Boni (2005) estas apresentam uma combinação de perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de expressar sua opinião sobre o assunto em questão. Como instrumento, foi utilizado uma guia de questões previamente elaboradas, considerando que é o mais adequado para esta pesquisa, pois é possível delimitar as informações que foram obtidas além de obter um maior direcionamento sobre o assunto para atingir os objetivos propostos.

Os sujeitos da pesquisa foram 3 (três) profissionais do serviço social que trabalham na Guarda Mirim. Em relação aos critérios de escolhas foram adotados 2 critérios: acertar participar da pesquisa e ser profissional do Serviço Social que trabalha na instituição “Guarda Mirim do Município de Foz do Iguaçu”.

É importante destacar que a pesquisa de campo foi autorizada pelo Comitê de Ética da UNIOESTE com o número de CAAE: 6431822.0000.0107, seguindo todos os requisitos éticos em pesquisa (ANEXO 1).

Para análise e interpretação, os dados foram tratados de forma ordenada, com base na coleta de dados empíricos e registros de entrevistas, pesquisa de campo, fundamentação e orientação pelo referencial teórico adotado. A fim de responder aos objetivos da pesquisa, foi escolhido como referencial metodológico a investigação qualitativa. Para Alvarenga (2012, p, 10), essa abordagem “tenta descrever e compreender as situações e os processos de maneira integral e profunda,

considerando inclusive o contexto que envolve a problemática estudada”.

Sendo assim, todo o resultado obtido na pesquisa, os relatos e as transcrições das entrevistas, como também todo o material documental que se obteve na pesquisa de campo, foram tratados com o intuito de compreender o trabalho das assistentes sociais na Guarda Mirim.

Assim, esta monografia está estruturada em dois capítulos, além da introdução e considerações finais. O objetivo do segundo capítulo é caracterizar o terceiro setor enquanto campo de trabalho do assistente social, para tal se faz necessário realizar uma aproximação histórica e conceitual com o Neoliberalismo tendo em vista que o Terceiro Setor nasce num contexto Neoliberal em que o Estado e as Políticas Sociais são impactados diretamente. Com o Estado mínimo, o Terceiro Setor vai paulatinamente assumindo um papel de co-gestor das políticas sociais e sendo uma importante alternativa como campo de trabalho profissional.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a OSC Guarda Mirim do Município de Foz do Iguaçu, como também quais são as atribuições, desafios e limitações das Assistentes Sociais que trabalham na instituição e os achados da pesquisa. Neste capítulo o leitor poderá encontrar também algumas contribuições desde a análise e interpretação a respeito das investigações realizadas durante a elaboração da presente pesquisa e das entrevistas coletadas.

Ressalta-se que a relevância acadêmica-científica da pesquisa visa contribuir com Serviço Social ampliando o conhecimento sobre o Trabalho profissional do assistente social no Terceiro Setor em Foz do Iguaçu, visto que, pós pesquisa bibliográfica sobre o tema, constatou-se que existem poucos trabalhos científicos sobre o tema. Já em relação à relevância social do debate, busca-se dar visibilidade social ampliando o conhecimento e reconhecimento do trabalho desempenhado pelos profissionais de serviço social bem como se dá a materialização das atribuições privativas desses profissionais nas organizações não governamentais. Assim como, o intuito de fortalecer as reflexões sobre a temática do exercício profissional do assistente social no “terceiro setor” inserido na Guarda Mirim de Foz do Iguaçu.

2 SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR

O objetivo deste capítulo é caracterizar o terceiro setor enquanto campo de trabalho do assistente social, para tal se faz necessário realizar uma aproximação histórica e conceitual com o Neoliberalismo tendo em vista que o Terceiro Setor nasce num contexto Neoliberal em que o Estado e a Políticas Sociais são impactadas diretamente. Com o Estado mínimo, o Terceiro Setor vai paulatinamente assumindo um papel de co-gestor das políticas sociais e sendo uma importante alternativa como campo de trabalho profissional.

2.1 NEOLIBERALISMO E TERCEIRO SETOR

O termo Terceiro Setor, nasce nos anos 1970 como identificação do *nonprofit sector* (Setor Sem fins lucrativos) o qual, segundo Peter Hall (1994, *apud* Calegare; Junior 2009), cunha-se para descrever e reconhecer os membros da sociedade civil reunidos em fundações e associações voluntárias com práticas filantrópicas na década de 50. Terceiro Setor, de acordo com Alves, é um termo “guarda-chuva” que inclui vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos.” ([2019], p.4)

O começo de seu uso coincide com o desenvolvimento do neoliberalismo. Por esta razão, é necessário aprofundar o debate sobre o Neoliberalismo, para assim compreender o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil. Para Montañó (2010, p.54), “[...] o Estado e o mercado, primeiro e segundo, respectivamente; o desenvolvimento de um “novo” setor que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar”.

Segundo Anderson (1998, *apud* Piloni, 2010, p. 39) o Neoliberalismo, como teoria, surge na Europa na década dos anos de 1970, como uma nova ordem mundial, “[...] tendo em vista uma longa e profunda recessão do capitalismo mundial, com baixos níveis de crescimento e altas taxas de inflação”.

Conforme o referido autor, na América-Latina sua adoção toma força nos finais dos anos de 1980 e inícios dos anos de 1990, e constitui a configuração do capitalismo¹ atual, “A América Latina serviu de verdadeiro laboratório para os

1 [...]a tendência do capitalismo é reproduzir e alargar a própria base do capital, já que consiste em

experimentos neoliberais, sendo que na década de 1990, este já era o ideário hegemônico em boa parte do continente “(PILONI, 2010, p. 44).

Para Marques (2016), Neoliberalismo é uma concepção político-econômica, nas décadas de 1970 e 1980 originada a partir da adaptação do liberalismo clássico e às exigências da economia globalizada. Essa perspectiva propõe a promoção da livre iniciativa, da competição desimpedida, da diminuição da intervenção estatal na economia e da redução das barreiras ao comércio internacional.

Como figuras centrais do neoliberalismo estão dois líderes políticos, Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (UK), o caso da primeira-ministra britânica, que renovou o cargo no ano de 1979, foi fundamental para a disseminação do neoliberalismo na Europa. Foi Thatcher que implementou políticas de desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado na economia. Por outra parte, Ronald Reagan desempenhou um papel muito importante na implementação do neoliberalismo entre seu mandato nos anos 1981 a 1989. Reagan propôs políticas econômicas e fiscais que refletiram esses princípios, como a redução de imposto, especialmente para os mais ricos com a justificativa de que as empresas estimulariam o crescimento econômico e levariam a um derramamento de benefícios para toda a sociedade (MORAES, 2018; SANTOS, 2018).

A chegada da crise, causada pelo pós-guerra nos anos 1970, trouxe consigo uma grande recessão, o capitalismo cai de forma severa com as baixas taxas de crescimento o que levou a altas taxas de inflação, foi aí que as ideias neoliberais começaram a ganhar força;

Mas já na década de 70, quando eclode a grande crise econômica do capitalismo avançado, colocando em voga todo um padrão e modelo de acumulação do capital, as ideias neoliberais ganharam espaço. Naquele período seus ideólogos passaram a apontar para a necessidade de toda uma reconfiguração institucional do capitalismo, referendando a importância de “diminuir” o tamanho do Estado, em um movimento de convergência acerca das potencialidades inerentes à racionalidade do mercado (ALMEIDA, 2023, p.138).

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo foi considerado um remédio para poder manter firme o Estado e assim com ele o controle do dinheiro,

transformar em capital o mais-valor extorquido dos proletários e já que o capital vira uma “bola de neve” para extorquir cada vez mais trabalho (mais-valor) dos proletários (MARX, 2013, p, 71).

gastando menos com a mínima intervenção estatal. Estas medidas adotadas procuravam uma estabilidade monetária por meio de uma política de reforma fiscal, beneficiando os grandes grupos de poder monopolista em sua consolidação no mercado (IAMAMOTO, 2015).

Uma das razões para a constituição de sua hegemonia pode ser explicada através da desregulamentação financeira. Fruto do processo de mundialização, trata-se de um mecanismo para a manutenção da acumulação de capital por parte das elites, como forma a substituir a pujança e a lucratividade da produção de mercadorias reais de outrora (CARINHATO, 2008, p. 38).

Desta forma, a crise do capital foi colocando as políticas em risco na época que oferecia aos trabalhadores estabilidade no emprego e o acesso a bens e produtos e, a globalização que permitiu implantar filiais de empresas em países (terceiro mundo) com baixas taxas de impostos e benefícios lucrativos para os empresários. Permitindo assim extrair a matéria-prima que posteriormente será transportada para os grandes centros econômicos (países de primeiro mundo) (HARVEY, 2006).

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, s/p).

Harvey (2006), descreve o Neoliberalismo como uma teoria das práticas político-econômico, definido como capacidades individuais dentro da estrutura do quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre troca.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. (HARVEY, 2005, p. [3]).

Por outro lado, temos o papel do Estado, que é garantir a qualidade de vida, como também estabelece estruturas e funções militares de defesa, como a

polícia, usada pela força armada a garantia dos direitos individuais de propriedade, ou qualquer risco que coloca a funcionalidade do mercado financeiro (HARVEY, 2006). O mesmo autor aponta que o liberalismo se tornou hegemônico como forma de discurso e passou a afetar o pensamento de uma forma ampla que foi incorporada às formas cotidianas de reprodução da vida social.

Para Iamamoto (2015), o neoliberalismo possui uma “dupla articulação”, onde o Estado é considerado o “demônio” aquele que teve a culpa de todas as desgraças que aconteceram, e por outro lado se apresenta o Mercado (iniciativa privada) como o salvador, onde ele fica sendo exaltado e com ele os motivos pertinentes para justificar as privatizações.

O resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro, ou uma “financeirização da economia”, nas palavras de Mattoso (IAMAMOTO, 2015, p. 35).

O neoliberalismo tem um longo sucesso na América Latina, exemplo disso é o Chile que na década dos anos 1990 (ALMEIDA, 2023) com políticas econômicas para o desenvolvimento latino-americano. Segundo Harvey, [...]” a primeira experiência de neoliberalismo ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no pequeno 11 de setembro” (2006, p. [8]). Tentando implementar uma transição neoliberalista na região com Industrialização por Substituição de Importações (ISI) estabelecer um modelo econômico que substitua produtos importados por produtos domésticos. Isso foi bem-sucedido em muitas áreas com desenvolvimento de capital, por exemplo, Brasil e México com uma taxa de crescimento de 6,3% e 6,4% por cento entre 1933 e 1980, segundo estudos do Banco Mundial e do FMI (RAUTIO, 2017).

A América Latina vem a ser a terceira grande cena de experimentações neoliberais. De modo a adaptar a ideologia neoliberal para a América Latina, segundo seus ideólogos, nessa região o adversário da prosperidade econômica estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas. A entrada destes países se deu pela renegociação das dívidas externas, que obrigam a pôr em prática um ajuste fiscal com o objetivo de saldar essas dívidas com seus países credores. Concebeu-se uma inserção eminentemente financeira para os países dessa região. Há de se ressaltar o importante papel dos chanceleres que as instituições financeiras multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial tiveram (CARINHATO, 2008, p. 39).

Nas análises de dificuldades econômicas durante (ISI) este sistema

não poderia superar a escassez de divisas. Além disso, o sistema financeiro nacional revelou-se fraco e ineficiente. O que gerou uma crise na década de 1980 onde vários países acabaram endividados (RAUTIO, 2017).

Segundo Rautio (2017), existem cinco Políticas que têm um papel fundamental na transição neoliberal e controle da inflação na América Latina: a) A liberação das importações dando lugar ao livre comércio entre os países; b) Sobrevalorização da taxa de câmbio; c) Liberação Financeira Doméstica; d) Reformas fiscais para lidar com os déficits orçamentários e) Flexibilização da situação de movimentação de capitais dentro e fora do país. Estas políticas implementadas tentaram dar um impulso econômico a um sistema infalível para reduzir a inflação e estabelecer reformas neoliberais, porém sua aplicação não foi totalmente bem-sucedida, pois muitas economias não mudaram totalmente.

Segundo Azevedo (2013, p. 16), “Apesar de ter ficado raízes na América Latina, durante a década de 1980, o neoliberalismo encontrou certa resistência para ser implantado no Brasil”, o sistema neoliberal, foi implantado nos anos 90, em busca da estabilidade do Estado (capitalista) e a monopolização das empresas. O que resultou em uma desigualdade social que aumenta em diferenças cada vez mais consideráveis.

A agenda neoliberal proposta pelo Consenso de Washington² ganharia adesão durante o governo Collor. Sob a batuta do FMI e do Banco Mundial, um conjunto de reformas estruturais deveria ser feito. Os pontos propostos foram basicamente: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária e previdenciária, liberalização financeira, câmbio flutuante, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação das relações trabalhistas e de setores controlados ou cartelizados e, por fim, garantia da propriedade intelectual (ao que tudo indica, visava tão somente estabelecer um monopólio favorável aos patenteados) (AZEVEDO, 2013, p. 18).

O neoliberalismo no Brasil começa com o fim da ditadura militar com o governo de Fernando Collor em 1990 e, ampliada com o presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, para acabar com o principal problema econômico que para a época era a inflação e, movimentar a indústria brasileira que foi devastada em

2 Reunião realizada em novembro de 1989 entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que entre as reformas de cunho liberal prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento (YAZBEK *et al*, 2017, nota de rodapé p. 64).

relação ao avanço tecnológico de outros países ocidentais. Sua produção não era tão ampla e a economia não estava conseguindo sustentar esses avanços na indústria. Para resolver essas ações que estavam levando o Brasil ao colapso econômico, as políticas neoliberais que implementou Collor foram a redução do investimento público e a privatização das empresas do estado (BEZERRA, 2018), gerando uma saída rápida para a economia brasileira.

Após longo período o povo brasileiro voltava às urnas, em 1989, para eleger pelo voto direto o presidente e o vice-presidente da República. A eleição foi realizada num momento de profunda frustração da sociedade brasileira como o governo Sarney, que fracassara no cumprimento de promessas proclamadas amiúde: controle da inflação, equacionamento do problema da dívida externa, retomada do crescimento econômico e distribuição de renda (CARINHATO, 2008, p. 39).

Assim, a criação de uma nova moeda, mudanças nas leis para trabalhadores, abertura do mercado nacional e privatização das empresas estatais. São medidas que ficaram conhecidas como Plano Collor. E finalmente o Brasil se abre para os mercados internacionais (BEZERRA, 2018). No entanto, devido a muitas acusações de corrupção ocorridas em 1991, as ideias propostas no Plano Collor não foram realizadas.

A ideia desse plano era privatizar a telefonia estatal como a Telebrás e a venda de bancos estatais como o Banestado. Também empresas de privatização como a Vale do Rio Doce, que reduziu em 20% seus funcionários nas esferas federal e estadual, terceirizando trabalhadores com vários serviços do Estado e a abertura do mercado nacional às empresas estrangeiras (BEZERRA, 2018). Isso buscava a solução do estado e uma melhoria para a economia atual.

Malgrado seu plano econômico Brasil Novo (Plano Collor), a viragem econômica estava embasada no pensamento neoliberal e consistia na reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado. Seu discurso, que mais tarde seria apropriado pelos seus sucessores, dizia promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade. Numa frase, tratava-se de ideias apregoadas por parte dos políticos e da burguesia, acerca da necessidade do país de um “choque de capitalismo” (BRUM, 2002 *apud* CARINHATO, 2008, p. 39).

No entanto, todas essas políticas trouxeram consequências para o Brasil, sentidas até a atualidade, porém, o governo Lula tentou recuperar o protagonismo do Estado como investidora em setores protegidos pelo poder público,

como educação onde investiram e tentaram diminuir e aumentar a participação do capital privado (BEZERRA, 2018).

É nesse contexto sócio-político surge o Terceiro Setor, segundo Montaño (2014, p. 53-54); “novos representantes dos interesses e necessidades populares, nas diversas formas de “exclusão social”, participando em todos os Conselhos representando a esta camada da população, levando assim as vozes dos oprimidos.

Segundo o autor, o termo terceiro setor surgiu nos Estados Unidos no ano de 1978 por John D. Rockefeller III, porém destaca que foi por meio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho que chegou ao Brasil.

Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esfera: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este, como mencionamos claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistorica a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2010, p. 53)

No entanto, existem 2 (dois) conceitos muito importantes a serem levados em conta quando se fala sobre o terceiro setor; o primeiro refere-se ao “conceito hegemônico”, este muito diferente do “fenômeno real”, por sua parte o conceito hegemônico traz consigo uma construção ideológica, que apresenta de forma bem mais superficial a essência da questão do fenômeno, ela esconde e encobre o que ela envolve em si (MONTAÑO, 2010).

O segundo conceito, conforme Montaño (2010), apresenta o Terceiro Setor, como um mediador entre o público e o privado, onde o público está representado pelo Estado e, o privado que representaria o capitalismo, para assim poder assentar a dicotomia entre ambos. O terceiro setor seria aquele que articula a relação entre ambos, o que na lógica que nos apresenta o autor, se ambos, tanto o Estado como o capitalismo estando em crise, nenhum deles poderia pensar ou dar uma solução para as demandas que se vão apresentando na sociedade, o referido autor apresenta 4 (quatro) debilidades que se apresenta ao tentar conceituar o terceiro setor, dentre elas estão;

A primeira debilidade que o autor apresenta refere-se ao conceito do “terceiro setor”, onde seria aquele que estaria resolvendo a dicotomia existente entre

ambos (público/privado), dando respostas e soluções quando o Estado não consegue dar respostas às demandas e o mercado na sua competição não busca nem pensa em como solucioná-las.

A segunda debilidade que nos apresenta o autor, está definida pela pergunta “Quais entidades o compõem?”, visto que a gênese do terceiro setor teve nos EUA, entre os anos de 1970 e 1980, esta está fortemente ligada à FILANTROPIA, porém, há divergências existentes entre os que formam parte do terceiro setor estão os movimentos políticos, as seitas, fundações empresariais, que em alguns casos e momentos são considerados e aderidos ao conceito de terceiro setor e outras vezes excluídos.

A terceira debilidade apresentada considera que o conceito de “terceiro setor” vem a reunir uma variedade de organizações tanto formais como informais, como o autor destaca, na qual apresenta-se instituições de cunho político, como econômico, da mesma forma organizações da classe trabalhadora como do capitalismo que estão fortemente ligados ao poder estatal (MONTAÑO, 2010), conceito no qual se mistura os sujeitos e no qual se apresentam aparentemente com o mesmo objetivo nas suas atividades, porém, os interesses são diversos como também os espaços considerados pelo autor contraditórios entre eles.

[...] um conceito que antes confunde do que esclarece. Segundo os autores, algumas destas categorias integrariam o “terceiro setor”: as organizações não-governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSCs), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categorias, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros exemplos. Desta forma, o conceito parece reunir tanto o Green Peace (de defesa ao meio ambiente, como táticas radicais) como o Movimento Viva Rio, as Mães da Praça de Maio (de luta política pelo esclarecimento e justiça sobre os detidos/desaparecidos na ditadura argentina) como a Fiesp, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (de luta político-econômica pela reforma agrária) como a Fundação Roberto Marinho, as Creches Comunitárias (conquista de moradores) como a caridade individual, o movimento pelas Diretas Já como as atividades “sociais” de um candidato a vereador, entre uma infinidade de casos (MONTAÑO, 2010, p. 56).

A última e quarta debilidade que o autor apresenta, refere-se “o caráter “não-governamental”, autogovernado ” e “não-lucrativo” em questão” (p. 57).

As chamadas *organizações não-governamentais* (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das *parcerias*, ou quando são contratadas pelo

Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma *terceirizada*, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter “não-governamental” e à sua condição de “autogovernada” (MONTAÑO, 2010, p. 57).

O processo que o Estado desenvolve ao selecionar uma ONG e não outras, deixa claro como o governo realiza um processo seletivo ao escolher ditas ONGs, o qual o autor destaca como “enganosa” na denominação quando apresentadas como “não-governamentais” e a “auto governamentalidade”.

Estas debilidades apresentadas deixam bem claro que o conceito de “terceiro setor” não possui um consenso sobre a origem, composição e as características por elas apresentadas, o que não permite apreender a realidade social, porém permite exclusivamente uma captação a nível fenomênico. (MONTAÑO, 2010)

Destaca-se que entre as denominações do terceiro setor pode-se encontrar vários sinônimos que são utilizados para referir-se a ele como também os diferentes significados e o direcionamento dos mesmos, para Alves (2002); estas se apresentam como; a) Setor da Caridade; b) Filantropia ou Setor Filantrópico; c) Setor Independente; d) Setor Voluntário; e) Economia Social e f) Organizações não-governamentais e suas especificidades.

De forma bem sucinta e clara o autor apresenta e descreve o termo de Setor da Caridade, como o nome já fala, as atividades deste setor estão baseadas em doações privadas. Muitas críticas são atribuídas a este setor, sendo entre elas o sentido pejorativo para a palavra caridade para os que defendem a causa (LANDIM, 1993, *apud* ALVES, 2002), como também “ocorre que as doações caridosas nem sempre constituem a única (ou mesmo a maior) fonte de receitas destas atividades” (SALAMON; ANHEIER, 1997 *apud* ALVES, 2019, p. 2).

Referente a Filantropia ou Setor Filantrópico segundo Van Til (1990) a filantropia pode apresentar três diferentes definições;

1. filantropia pode ser um processo intencional de ação, serviço e doação de caráter voluntário, cujo objetivo é a geração de um bem público. Aqui o importante é a intenção do doador filantropo ou do receptor dessa doação, de servir a um propósito maior para a humanidade por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro;
2. filantropia pode ser um conjunto de comportamentos, em quaisquer contextos, que têm por propósito promover serviços humanitários;
3. filantropia pode ser compreendida como esfera de atividade institucional, na qual a promoção do bem público é delegada pela sociedade a organização não-governamental (p. 33-34).

Neste contexto, seguindo o primeiro ponto da classificação de filantropia, tem o propósito de propagar ações que possam gerar serviços e ações para o bem público, sendo estes na área da educação, saúde, etc.

Para Alves (2019), o Setor Independente não está ligado ao governo nem no setor comercial, porém a crítica que se apresenta para este termo refere-se a que não pode-se negar que o *“setor sem fins lucrativos depende de outros fatores, recursos que provêm dos setores lucrativos da sociedade”* (SALAMON e ANHEIER, 1997, *apud* ALVES, 2019, p. 4).

O Setor Voluntário é aquele onde destaca-se o trabalho dos cidadãos voluntários, onde estes realizam a tarefa de administração, termo muito utilizado no Reino Unido para referir-se também ao setor sem fins lucrativos (BRENTON, 1985 *apud* Alves, 2019).

Para Dimaggio e Anheier (1990 *apud* ALVES, 2019) o termo Economia Social que na França está composta por muitas organizações sem fins lucrativos, porém este termo acaba sendo utilizado também em outros países “[...] estão claramente definidas como organizações comerciais – companhias de seguro mútuo, caixas de depósitos, cooperativas etc” (ARCHAMBAULT, 1997, *apud* ALVES, 2019, p. 4).

No Brasil como antes dito, o terceiro setor tinha sua relação com cunho completamente assistencialista, o início das atividades iniciou-se com a criação da Santa Casa de Misericórdia, porém com a ditadura ela toma um novo rumo junto com os movimentos sociais indo contra ao regime opressor da época (OLIVEIRA; SOUZA, 2015).

Sendo desta forma, em 23 de março de 1999 foi promulgada no Brasil a Lei N° 9.790 do Terceiro Setor; onde “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e de outras providências (BRASIL, 1991). Para Oliveira; Souza (2015), a partir da promulgação desta lei o Terceiro Setor teve acesso a recursos através de um termo de parceria e o Poder Público, “Desde então, o Terceiro Setor é tido como um tema de notória relevância no âmbito dos diversos segmentos da sociedade civil, da academia, como também do primeiro e segundo setores” (OLIVEIRA; SOUZA, 2015, p. 182).

A Lei n° 9.790/99 foi alterada em 2014 pela Lei n° 13.019/14 onde;

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2014).

A alteração da Lei nº 9.790/99 para a Lei nº 13.019/14 além de estabelecer as novas disposições gerais de parceria entre as instituições de ordem público e social, ela traz consigo a nova denominação das Organizações da Sociedade Civil-OSCs, este novo termo substitui ao termo até então utilizado como ONGs. O conceito das OSCs entende-se como;

[...] organizações privadas e com personalidade jurídica própria. Elas atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, direitos humanos, entre outras de interesse público (DIRETORIA CENTRAL DE NORMATIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONVÊNIOS E PARCERIAS SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, s/a, p. [4]).

Considera-se OSCs;

Art. 2º organização da sociedade civil:

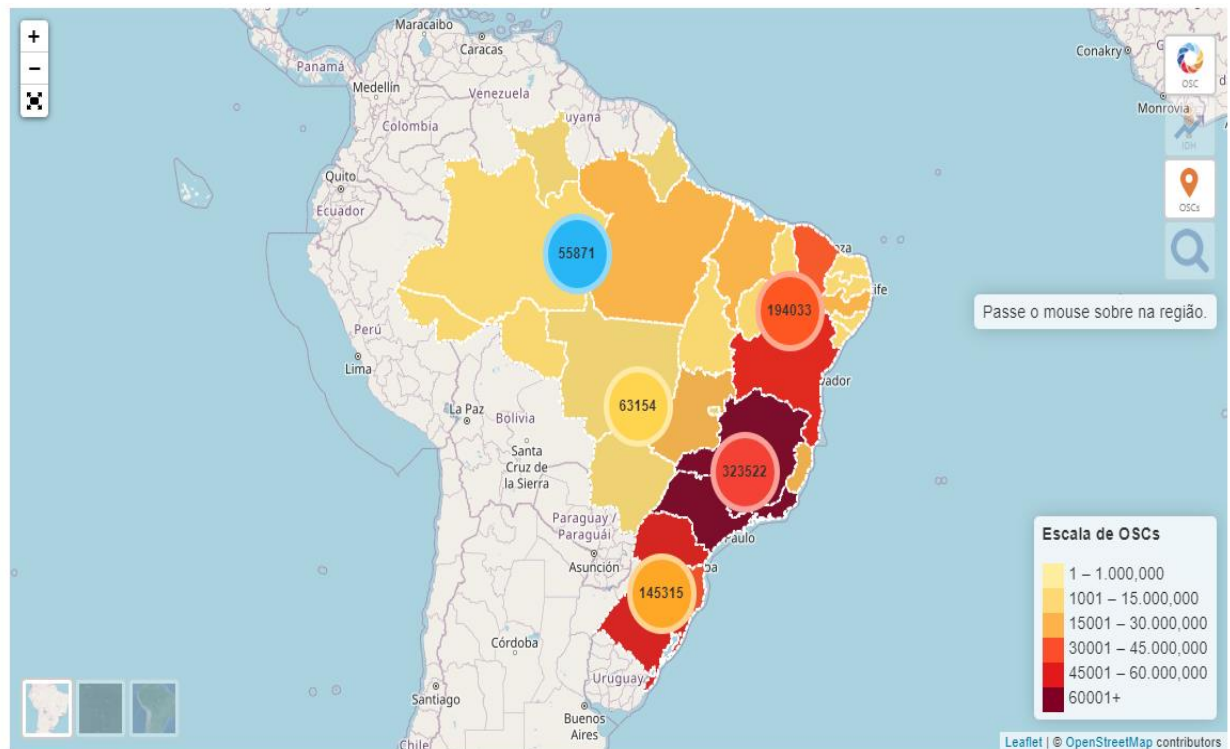
a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (BRASIL, 2015).

Entre as exigências estabelecidas para que uma OSC possua parceria com o Poder Público, de acordo com o art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014, estabelece alguns requisitos como; o tempo mínimo de 2 a 3 anos com cadastro ativo

(CNPJ), como também condicionalidade nas instalações para realização de atividades e que estas possuam objetivos concretos de acordo com as atividades a serem realizadas.

Atualmente no Brasil existem cerca de 815.676 OSCs, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social-IDIS; o Grupo de Instituto Fundações e Empresas-GIFE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, no Estado do Paraná existem um total de 48.893 OSCs, e na Cidade de Foz do Iguaçu um total de 1.335 Organizações da Sociedade Civil ativas e inativas.

Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada-IPEA (2010-2020, p. 1).

Dentro do relatório apresentado pelo IPEA, é possível acessar a alguns dados das OSCs, como o ano de fundação, o e-mail, como também a área e subárea da mesma, é importante ressaltar que a maioria das OSCs estão dentro da área da religião. Porém, a maioria das OSCs não informam o responsável legal, as atividades relacionadas, os objetivos do desenvolvimento sustentável-ODS, a missão, o ano de cadastro (CNPJ) como estabelece a Lei nº 13.019/14, assim também o

quadro de dirigentes e conselho fiscal, estes informes não são apresentados no site pelas maiorias das OSCs.

Sendo que regido pela Lei nº 13.019/14 para uma maior transparência dentro das parcerias entre o poder público e social, já apresentado as debilidades por Montañó (2010, p.58), “O termo “terceiro setor” não reúne um mínimo de consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características”.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO TERCEIRO SETOR BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

Falar da história do serviço social no Brasil sem falar da emergência da mesma na América Latina se faz quase impossível, por isso é preciso abarcar de forma sucinta o surgimento dessa profissão para ter um pouco mais de clareza sobre as lutas e as transformações que a mesma teve ao longo dos anos no Brasil.

A primeira escola na América Latina foi fundada pelo Dr. Alejandro Del Rio no Chile no ano 1925, “com marcado cariz nacional ou, ainda, o aparecimento do Serviço Social “latino-americano” (CASTRO, 2011, p. 27).

Segundo o autor, a escola foi criada pelo Dr. Alejandro, foi inspirada por René Sand, com o antecedente europeu “ocidental e cristão”, pois bem, a profissão na América Latina surge como uma especialização, como uma sub-profissão, era subordinada à profissão médica, “integrando-a à série de outras sub-profissões já existentes” (CASTRO, 2011, p. 31), porém a mesma logo depois estaria relacionada a outras sub-profissões, como advogados e também algumas instituições de beneficência.

[...] As assistentes sociais, concluído o seu curso, não ficaram restritas ao trabalho com médicos e advogados; as instituições de beneficência, de caridade e de filantropia existente entre nós, mostraram-lhes um excelente campo de trabalho. A tais instituições, que tinham por objetivo “fazer o bem por amor a Deus”, as Assistentes Sociais incorporaram o desejo de “fazer bem o bem” (BARREIX, s/a, p. 24-25 *apud* CASTRO, 2011, p. 31).

Desta forma é possível observar que o Serviço Social tinha um forte vínculo com a igreja católica, esta forma de assistencialismo, de caridade, todas essas ações claramente respaldadas pelo trabalho tecnicista, um “exercício técnico da caridade” (EGG, s/s, p. 197 *apud* CASTRO, 2011, p. 31). Para Castro (2011), o início

das escolas na América Latina não representa o início como tal da profissão e sim de instituições que marcaram momentos pelas quais a mesma foi amadurecendo de forma a ter sua própria reprodução mais sistemática, segundo assinala o autor.

Como dito anteriormente, no Chile a primeira escola teve início no ano de 1925, porém no Brasil a primeira escola de Serviço Social teve sua gênese na década de 1936, também fortemente vinculada a igreja católica, na tentativa de dar soluções às diferentes expressões da Questão Social por meio de ações de filantropia e caridade. O Brasil no final da década de 1930 passava pelo processo de industrialização e expansão urbana que desfavorecia as classes subalternas, situação que foi gerando tensão entre a classe trabalhadora e o Estado monopolista que defendia a classe dominante (GARCEZ,2021).

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político\sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à 'questão social'. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral (YAZBEK, 2005, p. 5 *apud* GARCEZ, 2021, p. 1).

Para Castro (2011), o início do Serviço Social está fortemente vinculado aos interesses da igreja católica, na prática da caridade e do assistencialismo:

Os elementos que mais colaboram para o surgimento do Serviço Social têm origem na Ação Católica - intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social (p. 47).

Seguindo essa lógica de um Estado capitalista e da relação com a igreja católica, ambas partes tinham um só objetivo; aquela de acalmar e apaziguar a classe subalterna favorecendo sempre os interesses da burguesia (CASTRO, 2011).

Travar a organização operária para propiciar a harmonia era vantajoso para os capitalistas e prejudicial aos operários, numa época em que a jornada de trabalho era de 12 ou 14 horas, em que campesinato era proletarizado a ferro e fogo, em que os trabalhadores das minas e das grandes plantações estavam submetidos a condições bárbaras (CASTRO, 2011, p. 66).

Nestas bases que a primeira escola no Brasil foi criada, para tal efeito foi convidada Adèle Loneux (Escola de Serviço Social de Bruxelas-Bélgica), desta forma junto com a ação da igreja católica nasceu o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS em 1932, “destinado a forjar uma superior militância católica de uma ampla mobilização direcionada à recuperação pela Igreja da sua influência e dos seus privilégios” (CASTRO, 2011, p. 103).

Outras escolas também foram aparecendo no Brasil, assim como a primeira escola Social do Rio de Janeiro, também era associada a doutrina católica, outras escolas pouco tempo depois foram aparecendo, entre elas em 1937 está o Instituto de Educação Familiar e Social, formado por duas escolas: uma de Serviço Social e uma de Educação Familiar e, em 1940 o Curso de preparação ao Serviço Social que foi incorporada à escola de Enfermagem Ana Nery (CASTRO, 2011).

Como salienta Castro (2011), no Brasil a gênese da profissão está fortemente ligada “à ação da Igreja e à sua estratégia de adequação às mudanças econômicas e políticas que alteraram a face do país naquele período” (p. 109). Partindo do anteriormente exposto, no Brasil entre os anos de 1961 e 1964, período no qual a ditadura militar marcou o Serviço Social brasileiro, onde a profissão teve episódios de repressão a consequência da nova visão crítica que foi adquirindo, “[...] a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social” (ASSUMPÇÃO; CARRAPEIRO, 2014, p. 106).

A luta de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social durante o período do regime militar atravessaram anos terríveis de repressão, porém foi marcado por uma constante resistência contra a ditadura, para Assumpção; Carrapeiro (2014) é importante ressaltar que também nesse período a neutralidade das instâncias representativas da categoria deixaram claro a alienação dos mesmos frente ao período vivido.

A nova visão crítica que surge no período da ditadura no ano de 1970 que foi adquirindo a profissão tende a responder às novas demandas que surgiram buscando superar o modelo de profissão ainda de sua gênese, onde hegemonicamente a caridade, ações paliativas e assistencialistas eram a tônica. Para Netto (2015);

Desde meados da década de 1970 - quando a ditadura registra a sua inflexão para baixo, vinham se acumulando pesquisas e investigações (boa parte delas desenvolvida ou por instituições independentes, como o CEBRAP, ou no âmbito de alguns cursos de pós-graduação), especialmente focalizando temáticas econômicos-sociais, cujo sentido era claramente o da desmitificação da retórica oficial da autocracia (p. 138-139).

Segundo Iamamoto (2010) o movimento de reconceituação é denominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, que provocou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideó-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu “modus operandi”, é um processo que buscou romper com as práticas profissionais tradicionais, buscando desempenhar uma análise mais crítica da realidade social, um agir profissional pautado em bases teóricos-metodológicos.

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto (IAMAMOTO, 2015, p. 205).

O processo de renovação do Serviço Social como profissão ganhou ênfase com o desenvolvimento acadêmico e com a inserção no campo da produção de conhecimento recorrente à criação de vários cursos de pós-graduação, possibilitando ao Serviço Social a aproximação com o marxismo. Assim, o Serviço Social passou a ser uma profissão capaz de produzir conhecimento, que permitiu romper com as perspectivas do início da profissão que se pautava somente em conhecimentos produzidos por outras áreas.

Embora o movimento de reconceituação tenha se gestado no bojo da política desenvolvimentista e sido tributário de seus parâmetros teórico-analítico, já no despontar da década de 1970 passaram a marcar presença no cenário profissional análises e propostas com nítida inspiração marxista, abrindo uma fratura com suas próprias produções iniciais (IAMAMOTO, 2015, p. 210).

O movimento de reconceituação foi a engrenagem que possibilitou que o Serviço Social rompesse com as práticas tradicionais e conservadoras. O profissional se distanciava gradativamente da roupagem que lhe foi atribuída desde o início da profissão e nesta perspectiva o tema assistência tornou-se problemático devido ao caráter paternalista que fragilizava a imagem da profissão.

Esse quadro histórico não fertilizou somente o Serviço Social: no seu conjunto, as ciências sociais se indagam quanto aos seus parâmetros teóricos-explicativos e ao seu papel: ampliam e renovam sua pauta temática, em resposta aos novos desafios históricos emergentes no continente. Em outros termos: o pensamento social latino-americano busca reconciliar-se com sua própria história, questionando as teorias exógenas e subordinando sua validação à capacidade que apresentem de explicar e iluminar os caminhos particulares pelo desenvolvimento na América Latina em suas relações com os centros avançados do capitalismo (IAMAMOTO, 2015, p. 206-207).

O Serviço Social brasileiro se viu influenciado pelo movimento de reconceituação dando lugar a debates e articulação por parte dos profissionais que buscavam superar esse caráter assistencialista (ASSUMPÇÃO; CARRAPEIRO, 2014).

Tal reflexão se deu a partir de três direções principais:

1) perspectiva modernizadora, que buscava adequar o Serviço Social às exigências sócio-políticas do período ditatorial, inserindo os valores e concepções “tradicionais” em uma nova teoria e metodologia; 2) perspectiva de reatualização do conservadorismo, que teve como base teórico-metodológica a fenomenologia, buscando fundamentar o exercício do Serviço Social na ajuda psicossocial; e 3) perspectiva de intenção de ruptura, que buscava romper com o pensamento conservador e com o reformismo, recorrendo à tradição marxista. Este processo de renovação foi um “movimento cumulativo”, com diferentes momentos de dominância teórico-cultural e ideopolítica, que se entrecruzam e se sobrepõem (NETTO, 2015, p. 152).

Para Netto (2015) o profissional se depara com as demandas de uma sociedade brasileira onde a “Questão Social”³ se apresenta de forma intensa e acentuada onde o assistente social precisa intervir de acordo com essas necessidades e características apresentadas.

É nesta postura que, nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, se filtra a erosão das bases do Serviço Social “tradicional”: sem negar-lhe explicitamente a legitimidade, as novas energias profissionais dirigiam-se para formas de intervenção (e de representação) que apareciam como mais consentâneas com a realidade brasileira que as já consagradas e cristalizadas nos “processos” que o identificavam historicamente (o Caso e o Grupo) (NETTO, 2015, p. 181).

3 Questão social: É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 77).

A partir do exposto, “[...] o assistente social quer deixar de ser um “apóstolo” para investir-se da condição de “agente de mudança” (CASTRO, 1984, *apud* NETTO, 2015), desta forma o autor destaca que o primeiro passo para essa mudança de renovação foi o II Congresso Brasileiro de Serviço Social (Rio de Janeiro, 1961), organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social. Este Congresso deu espaço para pensar e organizar a XI Conferência Internacional de Serviço Social, que foi realizada na cidade de Petrópolis (RJ), em 1962, onde a temática foi o “Desenvolvimento Nacional para o bem-estar social”.

[...] subordinado ao mote “Desenvolvimento nacional para o bem-estar social” -, despontam três elementos que são absolutamente relevantes para detectar a erosão do Serviço Social “tradicional”: primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com “ as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “relegado a um segundo plano; em consequência, levanta-se a necessidade “de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade”; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (NETTO, 2015, p. 182).

Até aqui o autor ressalta que a crise do Serviço Social “tradicional” era só assinalada, porém, nos anos seguintes essa erosão do Serviço Social ganha força e intensidade. Para Netto (2011), se apresentam três momentos importantes no período da renovação do Serviço Social; o primeiro se situa na segunda metade dos anos 1960, o segundo momento está relacionado ao lapso de dez anos, e o terceiro momento na abertura dos anos 1980.

Os três momentos como destaca o autor, estão ligados aos organismos que afirmam o processo de renovação, no caso do primeiro momento se constata o impulso organizador e monopolizador das iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), o qual fará abertura aos “seminários de teorização”. O segundo momento contará tanto com a *Brazilian Journal of Development* ISSN: 2525-8761 911 *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.1, p905-917 jan. 2021 participação do CBCISS, como também a inquietação dos cursos de pós-graduação que acabaram de ser inaugurados; o terceiro momento representa as agências de formação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, e categorias profissionais como associações, posteriormente sindicatos, e a Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CNEAS), dentre outros.

Assim também, a intenção de ruptura se dá em três momentos importantes segundo Netto (2011); 1) imersão; 2) consolidação acadêmica e 3) espraiamento; quando a aprendizagem de todo esse processo sai das universidades e se espalha pela categoria profissional, surgindo a partir desse momento o novo currículo mínimo. O país estava passando por um processo de redemocratização e o Serviço Social por processo de renovação, havendo uma reinserção da classe trabalhadora no cenário político e uma renovação profissional.

Todos estes momentos apresentados levaram ao profissional de serviço social a uma transformação, o qual levou a um compromisso com a classe trabalhadora, estas “balizadas pelo projeto profissional que a norteia” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5).

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que dimensão política da intervenção profissional põe [...]tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5-6).

O compromisso o qual se fala está de forma bem clara e explícita no projeto ético-político;

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 104-105 *apud* TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 6).

O Projeto ético-político foi um passo importante para o processo de democratização e intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional,

O avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, entre eles, e o Código de Ética de 1986. Nele tivemos o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, (através do órgão de fiscalização do exercício profissional, o CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS) da inversão ético político do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 13).

De acordo com o apresentado, vários outros momentos foram marcantes para a consolidação do projeto ético-político na década de 1990; entre elas pode-se destacar os centros de formação (pós-graduação), que possibilitou a produção de conhecimentos, outro momento importante que se apresenta é a maturidade das organizações da categoria, os Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, trouxeram consigo não só produção de conhecimentos, como também participação dos profissionais da categoria (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

As ameaças que repercutiram no projeto ético-político justamente na década de 1990, onde o Brasil estava passando por um governo neoliberal, como também o capitalismo que vem apresentando suas ofensivas;

A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um conservadorismo profissional. Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 14).

A consolidação do projeto ético-político se deu em dois momentos muito importantes segundo Teixeira; Braz (2009), “o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980” e “a dimensão jurídico-político da profissão que expressa a nova Lei de Regulamentação Profissional e o novo Código de Ética, ambos em 1993” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 15);

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012, *apud* SILVA, 2015, p. [3]).

As mudanças que trouxeram consigo o Projeto Ético-político, como também a Lei que regulariza a profissão e consigo o novo Código de Ética e as novas Diretrizes Curriculares, permitiram que o direcionamento tradicional da profissão tomasse um novo rumo, através de uma teoria crítica, por meio da aproximação

Marxista. Uma construção coletiva que permitiu que o código de ética possa fortalecer o compromisso com a classe trabalhadora, em busca da liberdade e emancipação humana. Deve-se deixar claro que ainda existem muitos desafios e ameaças por parte da produção capitalista, por isso, a organização e o compromisso da classe é muito importante para a resistência dessas ameaças como nos apresenta a história do Serviço Social.

2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE NO TERCEIRO SETOR.

As mudanças que vem sofrendo a profissão desde as primeiras escolas no Brasil e na América Latina, trouxeram consigo uma nova visão, onde o profissional se posicionava de forma mais crítica a partir da sua inserção na realidade do Brasil;

[...] seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas sequelas da questão social brasileira, que, em outros termos, revela-se nas desigualdades sociais e econômicas, objeto da atuação profissional, manifestas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras (CRESS-SE, s/a).

Assim, o objeto de trabalho do profissional de serviço social se baseia nas diferentes expressões da Questão Social, que por meio de formulação e implementação de políticas sociais públicas, tenta garantir os direitos da população mais carente como mediador entre o Estado e a classe trabalhadora. Sendo assim; “Os assistentes sociais trabalham na Questão Social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

Como executor de políticas sociais, proveniente do Estado, o profissional a partir da apreensão da Questão Social e sua inserção no contexto social do Brasil, vende sua força de trabalho prestando serviço no atendimento de indivíduos e comunidades, dentre os princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética;

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos

direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012).

Ainda que o Serviço Social tenha passado por transformações projetadas pela luta de classes, resultando assim em transformações na profissão de ordem técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-político, essas transformações, necessárias para o crescimento de reconceituação, os assistentes sociais buscam romper com a prática conservadora, dando-lhes maturidade enquanto profissão que luta pelos direitos da classe trabalhadora (SILVA, 2008).

A exigência de analisar o exercício profissional no âmbito de processos e relações impõe-se em função da condição de trabalhador “livre”, proprietário de sua força de trabalho qualificada, que envolve uma relação de compra e venda dessa mercadoria. É, portanto, a condição de trabalhador assalariado, como forma social atribuída pelo trabalho, que revela a insuficiência da interpretação corrente da prática profissional no conjunto de seus elementos constitutivos. Aquela interpretação supõe que a atividade do assistente social depende, fundamentalmente, do profissional, como se ele dispusesse da autonomia necessária para acioná-la e direcioná-la conforme suas próprias e exclusivas exigências, o que se choca com a condição do assalariamento (IAMAMOTO, 2001, p. 96).

O profissional vende sua força de trabalho tanto para o Estado, como para empresas privadas e ONGs⁴, que posteriormente como antes dito foi alterada para OSCs segundo a Lei 13.019 de 2014;

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços

4 Segundo Montañó (2010) representa uma das categorias do terceiro setor.

são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (IAMAMOTO, 2016, p. 5).

Espaços estes onde o profissional atende tanto o indivíduo como a comunidade, sempre na procura de garantir seus direitos, autonomia e exercício da cidadania;

Esse profissional busca a inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégias de ação. Pois procura conhecer a realidade em que atua e possui compromisso ético com a classe trabalhadora e com a qualidade dos serviços prestados (PIANA, 2009, p. 86-87).

Tendo em vista o contexto atual onde os direitos sociais estão cada vez mais reduzidos por causa do capitalismo e o enfraquecimento do Estado, a garantia de direitos fica muito difícil de ser assegurada pela classe subalterna. Para Faleiros (1999) o enfraquecimento do Estado deve-se sobretudo a economia neoliberal e pelo mínimo de democracia, onde estão fortemente combinados a desigualdade e a mão de obra barata, favorecendo as condições precárias de trabalho. Assim, o profissional como trabalhador assalariado, está inserido em espaços cada vez mais complexos, contraditórios, apresentando-se conflito de interesses.

Como destaca Faleiros (1999), a combinação do Estado mínimo com o surgimento da economia neoliberal que levou a um aumento do enfraquecimento da democracia propiciando assim a um incremento das várias expressões da Questão Social e, por sua vez deu passo ao surgimento de novas instituições sem fins lucrativos e filantrópicos, dando abertura a um novo campo ocupacional para o assistente social (COSTA *et al* 2019).

Nesse contexto as políticas sociais sofrem alterações na sua orientação e funcionalidade: o que é de obrigação do Estado e direito do cidadão passa a ter uma visão voltada para o princípio da ajuda, e conseqüentemente a atuação do Assistente Social, assim como suas demandas, também sofrem alterações. Os atendimentos nesse segmento têm como característica o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, fazendo

com que os sentidos e resultados sociais sejam bem distintos, interferindo assim na atuação do Assistente Social (COSTA *et al* 2019, p. 4).

Este novo campo de trabalho representa uma forma de luta e resistência para o profissional, um novo cenário onde a desresponsabilização do Estado, transferindo-a para o terceiro setor e a diminuição de orçamento, vão apresentando reformas constantes nas políticas sociais dificultando ainda mais o acesso a elas (NEVES; OLIVEIRA, 2018).

As respostas a esta conjuntura são contraditórias, próprias da lógica capitalista e das regras neoliberais, visto que, ao tempo que o Serviço Social sofre ameaças pela precarização do Estado/Políticas Públicas, por outro lado, surgem novos espaços sócio-ocupacionais para o profissional, seja pela transferência dos serviços para o Terceiro Setor, pela regulamentação dos direitos constitucionais, nas esferas da municipalização, descentralização e controle social das políticas públicas, assim como, pela complexificação das expressões da questão social que tem solicitado novos serviços, criando novos espaços para o exercício profissional, ainda desconhecidos ou não ocupados pela categoria (NEVES; OLIVEIRA, 2018, p. 7).

Para Montaño (2010), as políticas sociais constituem a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, porém a alteração das políticas sociais em consequência da economia neoliberal a profissão contraditoriamente ao avanço das lutas conquistadas movidas pelos fatores conjunturais sofre uma importante alteração tanto na demanda como no campo de atuação. Porém, essas alterações que vão se apresentando e que vão transformando a profissão, é importante para que o assistente social possa se manter no campo de trabalho, o que não implica certamente aceitá-las.

Acompanhar o processo histórico de transformações do mundo do trabalho também não significa plena aceitação das suas implicações, pois tal postura pode levar ao abandono do projeto coletivo do Serviço Social e não teremos senso crítico para reconhecer que esse processo contribuiu para o aumento da miséria, do desemprego e das inúmeras perdas de garantias trabalhistas (SILVA, 2008, p. 86).

Não obstante as respostas no enfrentamento das diferentes expressões da Questão Social onde o profissional atua enfrentando-a, agora também serão respondidas pelo Terceiro Setor através das Instituições sem fins lucrativos e filantrópicas e não só pelo Estado. Os desafios apresentados para o Assistente Social principalmente no Terceiro Setor, exige uma visão crítica, comprometida em base ao

Projeto Ético Político, baseados nas exigências apresentadas na Instituição.

Daí a acuidade de se compreender a competência ético-política do/da assistente social, a partir de uma articulação das exigências postas pelo Terceiro Setor e as mediações que vinculam o cotidiano profissional ao processo de reestruturação do capital, pois só assim vislumbram-se possibilidades de intervenção em concomitância com os princípios e os valores do projeto ético-político (SOUZA, 2012 *apud* NEVES; OLIVEIRA, 2018, p. 10).

Neves; Oliveira (2018), destacam que o profissional encontra-se circunscrito em uma dinâmica que exige dele uma articulação para atuar nas diferentes expressões da Questão Social, tanto nas Instituições Estatais como no Terceiro Setor, analisando a realidade das relações sociais constituídas na sociedade capitalista.

Para Silva (2008), o Terceiro Setor constitui um campo de trabalho para os/as assistentes sociais, sendo notável a sua importância, embora, não devemos pensar no Terceiro Setor como uma alternativa para solução do capitalismo na vida social, e nem tirar do Estado a sua responsabilidade. Porém, muitas das instituições do Terceiro Setor vêm executando propostas na garantia de direitos dos indivíduos previstos na Constituição de 1988 e na Política de Assistência Social.

A Assistência Social compõe o sistema de seguridade social juntamente com a Saúde e com a Previdência Social, está voltada para atender às necessidades básicas dos cidadãos, assegurada no Art. 194;

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

Para Yazbek *et al* (2017), essas ações integradas que se apresentam dentro da seguridade social, por meio de demanda contributiva (previdência) e não contributiva (saúde e assistência social) aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social, tem garantido seus direitos e segurança social. Tal como consta no Art.

194 a seguridade social como direito do cidadão e dever do Estado, deve ter universalidade de cobertura, ou seja, atendendo a todos aqueles que dele precisarem, como também o caráter democrático e descentralizado da administração, com a responsabilidade de atuação dos entes federativos.

Assim, depois de quatro anos e na continuidade de garantia de direitos dos cidadãos, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, apresentou-se como um “novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo” (YAZBEK et al, 2017, p. 63). A LOAS é uma lei brasileira que estabelece as diretrizes para a política de assistência social no país.

Ela foi criada com o objetivo de garantir os direitos sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo a inclusão e o amparo a indivíduos e famílias em condições de fragilidade. A LOAS é formalmente conhecida como Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e foi regulamentada pelo Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995. Dentre seus objetivos;

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

A LOAS, por sua vez, trouxe com ela logo da sua aprovação o pagamento do benefício previsto para idosos e pessoas com deficiência, que também previsto na Constituição no artigo 203, o pagamento de um salário-mínimo, o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Assim a LOAS, estabelece uma série de princípios fundamentais e diretrizes, a descentralização político-administrativo para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as demandas individuais, a participação da população na ação, na formulação e no controle das políticas sociais entre outros (YAZBEK et al,

2017).

Quase duas décadas depois da aprovação da LOAS, em 15 de outubro de 2004, é aprovada pela Resolução n. 145 no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ela é um conjunto de diretrizes, princípios e ações que orientam a atuação do Estado brasileiro na área de assistência social. Ela foi instituída pela LOAS, Lei nº 8.742/1993, e é regulamentada pelo SUAS. A PNAS tem como objetivo principal garantir a proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo a inclusão social, o acesso aos direitos e a melhoria das condições de vida da população mais vulnerável (YAZBEK et al, 2017).

A PNAS tem como objetivo principal garantir o direito à assistência social como política pública e promover a proteção social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social. Para alcançar;

- Supremacia do Atendimento às Necessidades Sociais sobre as Exigências de Rentabilidade Econômica: Isso significa que o bem-estar e a proteção social da população são mais importantes do que os interesses econômicos.
- Universalização dos Direitos Sociais: A assistência social é direito de todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica.
- Equidade no Acesso: A PNAS busca reduzir desigualdades e garantir os direitos das pessoas em situação de maior vulnerabilidade
- Participação da População: A população deve participar na formulação, gestão e avaliação das políticas de assistência social, por meio dos Conselhos de Assistência Social;
- Descentralização Político-Administrativa: Os serviços e benefícios devem ser oferecidos em diferentes níveis de governo;
- Integração das Políticas Públicas;
- Primazia da Responsabilidade do Estado: Cabe ao Estado, em todas as esferas de governo.

A PNAS é fundamental para garantir a inclusão social, a redução das desigualdades, o fortalecimento da cidadania no Brasil, a promoção da justiça social, e melhoria das condições de vida da população mais vulnerável. Ela orienta a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), além de programas de transferência

de renda, como o Auxílio Brasil (antigo Bolsa de Família), e diversos outros serviços e benefícios oferecidos pelo SUAS.

A Assistência Social é reconhecida como uma política pública de primazia de execução do Estado concebendo as entidades do Terceiro Setor como parceiras na oferta de serviços de forma complementar. Esta refuncionalização do Estado de forma mínima para intervenção social reflete em todos os níveis da política de assistência social e pode ser observada na forma que se organiza a rede socioassistencial em Foz do Iguaçu, na qual diversas OSCs atuam na execução de serviços como é o caso da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu - GMFI que é o foco da pesquisa.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, O SURGIMENTO DA GUARDA MIRIM E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a OSC Guarda Mirim do Município de Foz do Iguaçu, como também quais são as atribuições das Assistentes Sociais que trabalham na instituição.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu é uma cidade situada no extremo oeste do Estado do Paraná, sendo limítrofe com a cidade argentina de Puerto Iguazu ao sul e, a oeste com a cidade paraguaia de Ciudad del Este. Criada em 1914, se estende por 23.128 km², segundo o IBGE (2022) a cidade tem atualmente 285.415 habitantes.

Segundo a PNAS, Foz do Iguaçu é considerada Município de Grande Porte;

São os mais complexos na sua estruturação econômica, [...] Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infraestrutura.[...] pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas[...] (2004, p. 46).

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social (2019), a taxa da população economicamente ativa em 2010 era de 72,34%, a taxa de desocupação (população econômica ativa que estava

desocupada) correspondia a 6,47%, outro dado importante a ser destacado é a situação de vulnerabilidade à pobreza de certa parte da população correspondente a 22,71 % da população, 1,75% estava em extrema pobreza e 30,4% das pessoas com idade de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo se encontrava em ocupação informal.

Para Radaelli (2022, p.45);

A região de Foz do Iguaçu, por estar localizada em região fronteiriça atrai inúmeros turistas, e tem um considerável polo universitário, o que tem atraído inúmeros sujeitos de diferentes cidades de países, que visam uma formação acadêmica e uma melhor condição de vida. Nesse ambiente fronteiriço as cidades envolvidas são completamente submersas em suas próprias culturas e demandas sociais, econômicas e de necessidades básicas, surgindo uma carência ainda maior para atendimento da população no quesito de saúde, visto que a cidade de Foz do Iguaçu absorve o atendimento dos intitulados “Brasiguaios” (brasileiros residentes no Paraguai) pois conta com o Sistema Único de Saúde - SUS, diferente da realidade enfrentada no âmbito da saúde dos países vizinhos.

Conhecida como a cidade mais multicultural do Brasil, diversos grupos étnicos de muitas partes do mundo podem ser encontradas no município, porém como a autora descreve, muitos dos emigrantes, imigrantes e migrantes⁵ chegam no Município de Foz do Iguaçu na procura de uma nova vida. Contudo, dados relevantes apresentados por Radaelli (2022) e o Diagnóstico Socioterritorial de Assistência Social (2019); ambos demonstram que uma boa parcela da população vive em situação de vulnerabilidade e risco social, onde muitas vezes não têm acesso a saúde o que contradiz descrito na PNAS (2004), considerando Foz do Iguaçu Município de grande porte pela maior oportunidade de emprego e serviços públicos oferecidos.

Nesse contexto, o terceiro setor, como destaca Costa *et al* (2019), consolida-se na diminuição da responsabilidade social e econômica por parte do Estado, abrindo assim espaço às OSCs, como responsáveis para tratar as diferentes expressões da Questão Social.

No que diz respeito ao foco da pesquisa, foi a Guarda Mirim, inaugurada em 26 de julho de 1977, em plena ditadura militar, pela senhora Léa Leoni Viana (primeira dama de Foz do Iguaçu), que preocupada com a quantidade de

⁵<https://querobolsa.com.br/revista/emigrante#:~:text=Veja%20mais%3A%20qual%20%20diferente%C3%A7a,que%20se%20desloca%20entre%20lugares.>

meninos vivendo nas ruas, acolheu oito meninos na sede da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI.

Figura 1 - Frente da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu.



Fonte: H2FOZ (2021).

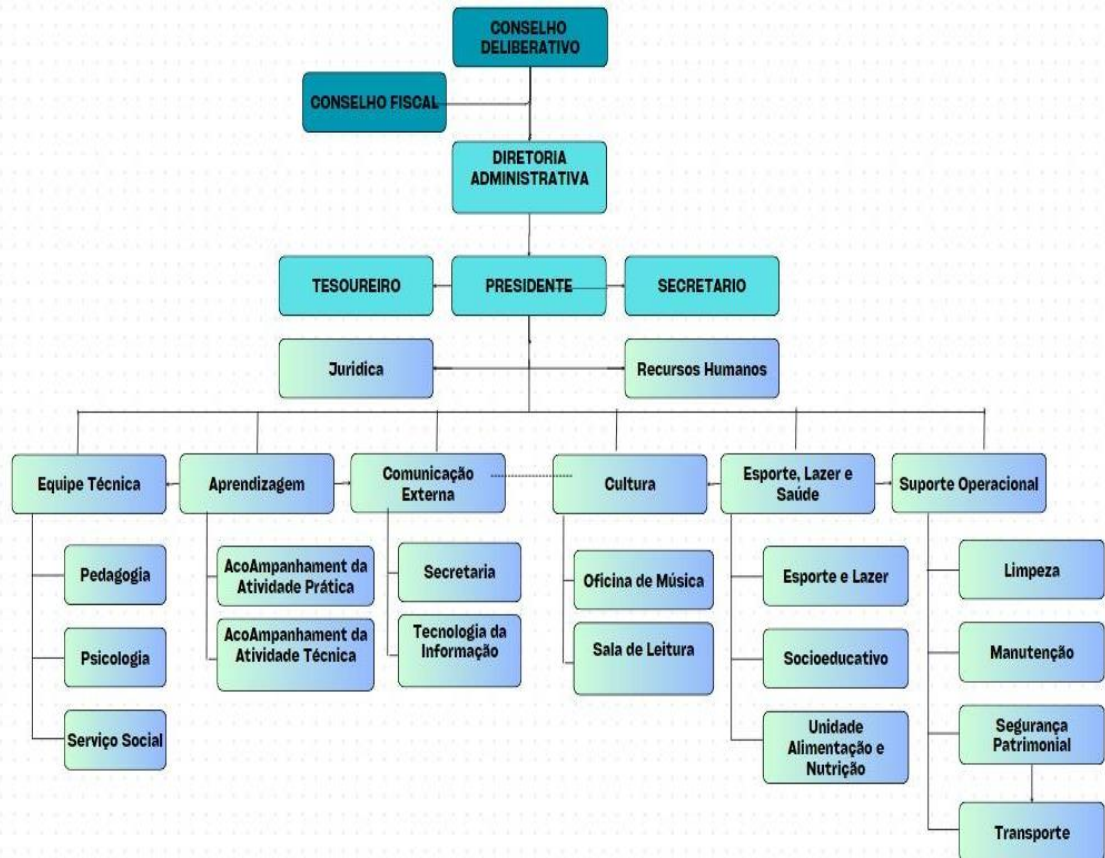
A Guarda Mirim é uma instituição que está organizada em vários municípios, como Santana do Parnaíba-SP, Vila Velha-ES, Tubarão-SC, Poá-SP, Macaé-RJ e muitos outros, se encontra situada no centro da cidade, na Rua Tadeu Trompschinski nº 60 – Vila Itajubá. No início o atendimento era só para meninos com idade a partir de dez anos. Para estabelecer a associação, foi criada uma estrutura administrativa composta por dezoito membros da sociedade civil, denominada como Órgão Deliberativo, que a partir de 2013 foi reduzido para 17 com a saída do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizada.

A Instituição tem como missão e visão, “promover a formação técnico-profissional de adolescentes através do Programa de Aprendizagem adquirindo suas potencialidades”. Quanto à visão, busca-se “ser referência e agente de transformação através do Programa de Aprendizagem”. Os valores, que devem ser tratados com primazia pelos colaboradores e pela direção da organização, correspondem aos seguintes: “I. Apoio ao aprendiz para conquistar seu futuro; II. Integração entre instituição, empresa, família e escola; III. Trabalho em rede; IV. Visão de mundo do trabalho; V. Garantia de direitos trabalhistas e previdenciários” (GMFI, 2017, p.16).

A Guarda Mirim é respaldada pela Lei de Aprendizagem – Lei nº 10.097/2000; que auxilia como instrumento normativo jurídico na garantia dos direitos, principalmente dos adolescentes nas redes de assistência social, além de continuar o descrito pelo Decreto nº de 1511/2002, que regulamenta idade mínima para admissão em emprego que se fundamenta como um pilar importante para permitir que adolescentes possam ingressar no mundo do trabalho, permitindo seu desenvolvimento social e econômico. No entanto a Constituição Federal de 1988 estabelece parâmetros para os direitos individuais dos adolescentes, que se materializam logo pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, e pela LOAS em 1993, que com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS tipifica estes serviços dentro da Política de Proteção Social Básica, [...] “referentes às atividades pedagógicas, formação profissional e inserção no mundo formal do trabalho na condição de aprendiz”. (GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU, 2017, p. 9).

Desta forma, esta instituição está interligada dentro da Política de Educação e a Política de Assistência Social, permitindo traçar linhas de diálogo com todas as redes socioassistenciais do município que permitam garantir o bem-estar e o pleno desenvolvimento físico, social e econômico ao adolescente que será ofertado dentro da Guarda Mirim.

Figura 2 - Organograma Organizacional



Fonte: Organograma elaborado Discente Elizabeth Paiva (2023).

A instituição GMFI, conta com vários colaboradores em sua equipe, como pode ser observado no organograma acima, dentre estes profissionais as assistentes sociais estão inseridas nesta instituição, atualmente são três profissionais, que intervêm nas múltiplas expressões da Questão Social, que se balizam pelas três dimensões teórico - metodológico; Projeto - ético e Técnico -Operativo, dentre vários outros documentos que são de extrema importância para que possa ser desempenhado um trabalho em conformidades com as leis e as três dimensões citadas anteriormente e que será descrito no próximo tópico.

3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GUARDA MIRIM

O Serviço Social é uma profissão que passa a acompanhar a conjuntura do Brasil, o profissional como executor do processo de trabalho, surge a partir das diferentes demandas que a sociedade apresenta, ele está inserido na

divisão sociotécnica do trabalho em conjunto com outros profissionais, vendendo sua força de trabalho em troca de um salário (IAMAMOTO, 2003).

O trabalho profissional das assistentes sociais na Guarda Mirim está intimamente ligado em realizar entrevistas sociais tanto com os adolescentes, quanto com seus familiares ou responsáveis legais, em caso de admissão na Guarda Mirim, auxiliando por meio de orientação, informações e encaminhamentos aos órgãos públicos.

Neste ponto pretende-se apresentar o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais na Guarda Mirim. Para tal, foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa tendo como instrumento entrevistas semi estruturadas com 03 (três) assistentes sociais, conforme o Quadro 01.

QUADRO 1: Perfil das Assistentes Sociais Entrevistadas

Dados	AS1	AS2	AS3
Idade	41	43	56
Cargo	Assistente Social	Assistente Social	Assistente Social
Tempo de formação	17 anos	21 anos	9 anos
Tempo no Cargo	17 anos	3 anos 6 meses	9 anos

Fonte: elaborado pela pesquisadora 2023

Quando perguntado sobre como é o trabalho das assistentes sociais na instituição, foram obtidas as seguintes respostas:

Bom, eu trabalho em um departamento, né? Nós temos o setor de serviço social, mas dentro do setor nós temos dois departamentos. O meu é específico, departamento que faz o acompanhamento da atividade prática. Então, a pergunta é o meu trabalho dentro, né? As minhas atribuições, dentro desse departamento, é fazer o acompanhamento do adolescente na empresa, fazer visitas às empresas parceiras da Guarda Mirim, assinar termo de monitor que é exigido pela lei. Até 2018, esse é o documento do termo de monitor atualizado, então é um documento obrigatório, e fazer a avaliação, então a gente visita as empresas com esse objetivo além de você fazer também uma ponte, assim, ter um contato mais frente a frente com os monitores que trabalham com os adolescentes, e também assinar os documentos, fazer avaliação, esse, existe muita resistência, ou seja, dentro

do que estipula a lei, né?(grifo do autor) **(AS 2)**

*Então, vou falar o serviço social que eu faço. Porque as outras assistentes sociais fazem outra atividade. Então é diferenciado. Mesmo sendo assistentes sociais são setores e são desvinculados, né? Diferentes. Então, o meu trabalho é o atendimento ao público porque a gente tem uma fila de espera né? Gigantesca. Então nosso cadastro de reserva é gigante. Hoje está em torno aproximadamente três mil adolescentes, então diariamente esse público busca a instituição, então eu faço esse atendimento e faço uma triagem a partir desse atendimento. Pra quê? Pra montar as turmas pra gente poder selecionar os adolescentes pra serem inseridos na instituição né? A gente avalia vários critérios, mas o foco principal é atender aquelas com famílias e adolescentes de maior vulnerabilidade, risco social. Então, eu faço toda essa triagem. Esse atendimento, essa triagem, monto as turmas, faço a seleção, faço reuniões com os adolescentes e as famílias, né? Pra inserção nesse processo pra que as famílias estejam conscientes do que que é a Guarda Mirim também. Né? Porque muitas vezes eles vêm fazem inscrição porque ouviu o vizinho falar, pediu... né? Alguém falou pra eles virem, né? Sabe que é a inserção no mundo do trabalho, mas não sabe os critérios, as regras, a importância da família estar participando nesse processo. Então nesse momento a gente faz esse primeiro acolhimento da família mostrando o que que é a Guarda Mirim, faço reuniões também com grupo de pais. A gente entende que esse adolescente, ele não consegue dar conta de toda essa realidade que ele vivencia nessa fase da adolescência, são desafiadores. A gente faz grupo de pais todo mês, a gente tenta atingir todo o público da Guarda Mirim então a gente todo mês, chama duas turmas pra fazer esse grupo de pais onde é feito uma roda de conversa, trazendo assuntos da adolescência, da fase da adolescência. Faço também, a seleção do programa PIIT, que é o programa de iniciação e incentivo ao trabalho lá dentro da Itaipu, que requer um outro trâmite de inserção né? Dentro do contrato que foi feito junto com a Itaipu, tem os critérios pra poder fazer a seleção. Então, como que a gente faz essa seleção? Primeiro faz uma triagem através de uma entrevista bem simples e solicitação de documentação, sempre é chamado o dobro de adolescentes pro número de vagas, né? Então a gente faz essa triagem, recebe essa documentação, e faz entrevista, bem simples, né? Básica. Primeiro, a partir disso aí, a gente faz uma triagem, e faz as visitas domiciliares pra esses adolescentes. [...] Então, basicamente, esse é o trabalho do meu setor [...]. (grifo do autor) **(AS 1)***

*[...] A nossa atribuição como assistente social, então, nós somos em três, então a gente se divide com as outras assistentes sociais que você entrevistou né? Então, tem uma AS que trabalha com a inserção e acompanhamento, na verdade nós temos um único objetivo, porém eu sou da atividade prática no acompanhamento do aprendiz nas empresas. Porque por mais que tenha uma lei, a organização tem esse compromisso de fazer esse acompanhamento para que o adolescente se desenvolva [...]. Porém, nós temos o nosso trabalho, de estar sempre orientando a empresa, principalmente em relação às atividades que esses aprendizes realizam lá na empresa. Por exemplo, no meu eu sou responsável pelo setor de atividade prática. Então assim, o meu setor, ele tá dentro do Serviço Social onde a gente faz o trabalho em si, com adolescentes e as famílias [...]. (grifo do autor) **(AS 3)***

Como as profissionais relatam, trabalham com um segmento específico da população, com os adolescentes e suas famílias ou responsáveis legais, o Projeto Pedagógico também estabelece as atribuições que o profissional de Serviço Social desempenha dentro da instituição são:

Realizar entrevistas sociais tanto com o adolescente quanto com seus familiares ou responsáveis no caso de admissão na Guarda Mirim; Acompanhar o adolescente e sua família, auxiliando por meio de orientações, informações e encaminhamentos; Acompanhar os adolescentes aos órgãos públicos, visitas, eventos e outras atividades; Desenvolver a participação e autonomia dos atendidos; Buscar restabelecer o convívio entre os adolescentes e seus familiares; Prevenir de situações de risco e vulnerabilidade social; Realizar atividades que favoreçam a reinserção social; Registrar em prontuário o acompanhamento social dos adolescentes; Realizar reuniões com os adolescentes, otimizando o relacionamento entre eles e buscando sempre uma boa convivência; Manter permanente contato com o Sistema de Garantia de Direitos que disciplina a política de atenção aos adolescentes; Viabilizar documentações, benefícios e direitos sociais e visitas domiciliares (PPS GMFI, s/a, p. 28).

O trabalho profissional das assistentes sociais na Guarda Mirim está intimamente ligado com diversas atribuições estabelecidas nos marcos normativos da profissão. Assim, retomando as atribuições estabelecidas na Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão;

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - [\(Vetado\)](#); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Como é sabido, o serviço social se formou uma profissão, que se embasa e se orienta por um projeto político social, possibilitando que o Assistente Social possa dar respostas às demandas que emergem da Questão Social e suas múltiplas expressões. Estas respostas às vezes se vinculam com as próprias respostas do Estado, através das políticas sociais. No caso da GMFI trabalha com a Política de Educação e a Política de Assistência Social e outras políticas. Assim,

respostas estas que se expressam nas intervenções das profissionais conforme a fala da AS 1, AS 2 e AS 3 que trabalham em conjunto com as Políticas, em articulação com outros equipamentos

“A gente trabalha com a Assistência, eles fazem o encaminhamento da instituição que a rede atende, recebemos encaminhamentos de toda a rede de atendimento aqui no município, dos adolescentes com o Conselho Tutelar - CT, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS até as próprias OSC’s que atendem alguns adolescentes, por exemplo, Núcleo Criança de Valor, Associação Fraternidade Aliança - AFA” (grifo do autor) (AS 1).

“A gente trabalha com o sistema Único de saúde -SUS, porque parte dos nossos adolescentes têm algum problema, às vezes necessitam fazer acompanhamento pelo Centro de Atenção Psicossocial - CAPs.” (grifo do autor) (AS 2).

“[...] temos representantes no Conselho Municipal da Criança e Adolescente - CMDCA, no Conselho de Psicologia, do Jurídico tanto do CEDECA como do Fórum Nacional de Aprendizagem” (grifo do autor) (AS 3).

Assim, além de garantir os direitos básicos dos adolescentes, fazem trabalho em rede, o que se faz imprescindível para poder intervir de forma ética conforme o Projeto Ético Político,

A Aprendizagem Profissional mostra-se como instrumento para conquista de autonomia e desenvolvimento, principalmente àqueles adolescentes da rede socioassistencial que encontram mais dificuldades para ingressarem no mundo do trabalho com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, escapando da informalidade e da ilegalidade (PPS GMFI, s/a, p. 40).

O Programa de Aprendizagem é um programa desenvolvido em adesão à Lei 10.097/2000, ela possibilita por meio de um contrato especial, com vínculo empregatício e com um prazo determinado, a inserção de jovens e adolescentes no mundo do trabalho. Este programa tem o objetivo de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, ele está voltado aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, incluindo pessoas com deficiência. Segundo o relato da AS1 dentro do GMFI;

O objetivo é inserir os adolescentes no mundo do trabalho através do Programa de aprendizagem [...] A gente avalia vários critérios, mas o foco principal é atender aquelas famílias e adolescentes de maior vulnerabilidade e risco social (grifo do autor) (AS 1).

Porém deve-se ressaltar que há um crescimento na demanda por serviços por parte da população usuária devido ao aumento da pauperização, a GMFI,

atende hoje a 700 adolescentes inseridos em 143 empresas, contando com quase três mil (3.000) adolescentes na fila de espera, o que demonstra o trabalho árduo por parte destas profissionais para inserir aqueles adolescentes que em uma situação de extrema vulnerabilidade dentre todos os que estão quase na mesma situação.

“É uma fila de espera bem grande, é uma fila muito grande que a cidade não comporta” (grifo do autor) (AS 2).

Por outro lado, como foi citado anteriormente, na fala das assistentes sociais e nas atribuições estabelecidas no projeto pedagógico da instituição, no processo de trabalho, as profissionais utilizam diversos instrumentais como entrevistas sociais, orientação, informações e encaminhamentos aos órgãos públicos. Nesse sentido, por meio da competência técnico - operativo as assistentes sociais podem definir quais serão os instrumentos a ser utilizados no processo de intervenção. Para o GESUAS (software para gestão do Sistema Único de Assistência Social) (2020) essa capacidade se denomina “instrumentalidade” e ela deve ser pautada a partir da realidade dos usuários atendidos na Instituição.

O GESUAS (2020), também destaca a importância de outros instrumentos tais como; acolhimento social, acompanhamento social, atendimento social, trabalho em grupo, dinâmicas em grupo e reunião, eles caracterizam a prática do exercício profissional. Cada Assistente social na GMFI, possui um instrumento específico para o trabalho profissional;

“Hoje eu tenho a visita domiciliar, que é uma fichinha de pré-seleção do Programa de Inserção e Incentivo ao Trabalho - PIIT [...] Para o atendimento diário, eu tenho uma planilha de Excel, onde lanço todos os dados desse adolescente, toda essa triagem que é feita é lançada nesta planilha [...]” (grifo do autor) (AS1).

Os instrumentos disponibilizados pelo GESUAS, auxiliam a monitorar os atendimentos realizados pelos assistentes sociais da instituição, porém cabe ressaltar a fala da AS 2, que relata não estar habituada a utilizar todos esses instrumentos, que são de suma importância para que os serviços sejam aprimorados e ampliados para que possa alcançar a população usuária do serviço;

“Bem específico da nossa profissão, eu não uso muitos. Mas o que eu talvez dê pra dizer é um questionário, porque é aplicada a avaliação do adolescente [...] Então o que eu preciso fazer é a avaliação do desempenho do trabalho

dele na empresa [...]” (grifo do autor) (AS2).

“Eu tenho além dos relatórios o que a gente elabora de cada atendimento da empresa, do adolescente e família, a gente gera um relatório no qual anexo ao sistema, ao cadastro do adolescente, e nós temos um formulário que a gente faz sobre o acompanhamento. Então eu vou até a empresa, converso com o monitor e ele fala sobre o adolescente” (grifo do autor) (AS 3).

É possível ver os diferentes instrumentos de trabalho e as múltiplas atribuições que cada Assistente Social tem na Instituição utilizados por cada uma delas no cotidiano.

Além de ser questionadas sobre os principais instrumentos de trabalho utilizados, também foi importante entender o trabalho em equipe e a relação com os outros profissionais, entendendo a importância disto para um bom convívio entre eles de forma a cooperar com os outros profissionais permitindo intercâmbios reais, e enriquecimento mútuo levando em consideração a importância de que cada profissional entenda a sua área.

A esta questão podemos destacar a fala da AS3;

[...] lógico que conflito sempre tem, né? Têm porque somos adultos, somos humanos. Mas no geral eu atribuo assim... acontece às vezes uma falta de comunicação ou outra, principalmente assim, são vários setores, a gente trabalha com um único objetivo que é em prol dos adolescentes e às vezes a gente tá bem sobrecarregado, os outros setores também acontecem assim, a falta de comunicação (AS 3).

Ainda que possam existir diferenças entre os profissionais, ele não interfere diretamente no objetivo proposto no PPS da GMFI e nos objetivos do Programa de Aprendizagem. A importância de uma proposta de trabalho interdisciplinar onde exista diálogo, compromisso, um pensamento reflexivo e crítico, respeito, cooperação para assim poder chegar a resultados sólidos. É requisito importante que as Assistentes Sociais possam seguir os parâmetros estipulados dentro do Parâmetro para Atuação do Assistente Social dentro da Assistência Social;

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996) (CFESS, 2011, p. 18-19).

Isto permite que as profissionais possam realizar uma análise mais crítica da realidade dos adolescentes e suas famílias atendidas dentro da GMFI, e a partir desse momento poder estruturar o trabalho que irá realizar enfrentando as diferentes expressões da Questão Social. As competências específicas das assistentes sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis:

1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos.
2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular.
3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;
4. uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizam e potencializam a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs;
5. uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social;
6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as (CFESS, 2011, p. 18-19).

Essas dimensões por sua vez se expressam nas diversas formas de intervir o processo do trabalho levado adiante pelas profissionais participantes do estudo, como vem sendo descrito até aqui. Apesar de algumas vezes estar limitada pela precarização do trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Com relação às diversas expressões da Questão Social, visualizadas pelas profissionais no cotidiano do trabalho da GMFI. Segundo o relato da AS1; “[...] a Guarda Mirim entende que a face de maior dificuldade de ser inserido no mundo do trabalho [...]”.

Por meio do Programa de Aprendizagem, a GMFI, as Assistentes Sociais têm um trabalho árduo para garantir que muitos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social possam ter a oportunidade de ter um emprego, para assim ter uma vida digna. Pode-se destacar neste ponto as falas das profissionais

referente as diferentes faces da Questão Social que percebem nos atendimentos; as três coincidem em destacar conflitos familiares como um dos principais problemas que chegam para estas profissionais.

“É a questão da vulnerabilidade familiar mesmo [...] a gente tem um cuidado a mais com isso, então assim, como nós moramos numa região de fronteira, a gente tem bastante problema. São problemas, situações como a questão da drogadição ou abandono, e surge até situações que chega pra gente como violência doméstica, violência sexual [...]” (grifo do autor) (AS 3).

Para Lima; Furtado (2008), os jovens entre 15 a 18 anos, apresentam um período de possíveis riscos dessa população, em relação ao recrutamento para o narcotráfico e mortes violentas, destacando a importância de políticas públicas direcionadas a esses jovens com o fim de desviá-los desse caminho;

Na Constituição Federal dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, o Art. 6º dispõe;

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Ainda que estabelecido como direito de todo cidadão o direito ao lazer, ele não está sendo plenamente garantido, devido à falta de programas e projetos voltadas a essa atividade que possibilitem aos adolescentes a democratização do acesso ao esporte, arte cultura da população mais vulnerável, isso se reflete na fala da AS1.

“Hoje nosso município é escasso de atividades mesmo, seja de cultura, de esporte, de lazer pra esse adolescente. Então a saída é ocupar esse adolescente através de uma atividade prática [...]” (grifo do autor) (AS 1).

Assim, a GMFI, desenvolve um trabalho complexo na garantia de direitos desses adolescentes para que possam ter de certa forma a sua inserção dentro do mundo do trabalho, com o objetivo de ter um apoio financeiro, qualificação profissional, de forma a que possam ter uma continuidade por meio da efetivação profissional. Porém, no capitalismo onde a produção e reprodução da plusvalia é o foco, a garantia de direitos está ligado à produção.

O capital operou e continua operando sempre na procura para atender

suas necessidades e não precisamente para atender as necessidades do ser humano. Frente ao exposto conforme confirma a fala da AS 1;

Quase 100% das empresas têm uma visão capitalista. Ela contrata só por força legal, ela não tem aquela visão, ah eu vou colocar um aprendiz, pensando nesse adolescente como um todo, na família. Evitando que esse adolescente seja influenciado pelo meio onde ele vive para dar oportunidade, para que ele não se envolva com drogadição, com tráfico ou com alguma outra questão. Não têm essa visão social. [...] é a questão do lucro [...] têm empresas que a gente tem dificuldade até de pagar vale-transporte, não querem pagar o que é direito do adolescente. Para o Jovem Aprendiz entrar, no mundo do trabalho, e o que as empresas queiram fazer e o que você está tentando garantir, isso exige muita resistência por parte das empresas, mas não podemos generalizar porque não são todas, muitas fazem muito além do que é exigido da cota de cada empresa. Então ela trabalha fazendo a parte social dela. Contratando mais do que a lei exige. Na verdade, a resistência maior não é nem comigo aqui, seria mais com a lei mesmo. Porque muitas empresas não contratam nem aquilo que é por lei exigido, a cota mínima dela. E eles ficam esperando que sejam autuados. Que sejam às vezes multados. Então eu vejo muita resistência das empresas, né? Não vejo resistência comigo, com o meu setor. A resistência está em relação ao cumprimento da lei. Sim, porque eles acham o aprendiz um “funcionário”, caro. Ele é obrigado, tem várias limitações que um adulto de dezoito anos, já pra mais de dezoito a lei não exige as limitações, e o que tem mais de dezoito trabalha o dia inteiro, então pra eles é um funcionário que tem limitações e é caro né?(grifo do autor) (AS 1).

Esse panorama descrito acima, é a realidade vivida no contexto neoliberal, onde a correlação de força, e as possíveis limitações e desafios que se apresentam no cotidiano das assistentes sociais na garantia de direito. Nesse sentido, no seguinte tópico discutem-se alguns desses desafios para a profissão inserida no terceiro setor.

3.3 DESAFIOS E LIMITAÇÕES PROFISSIONAIS

O Terceiro Setor como novo campo ocupacional para os assistentes sociais, representado por luta e resistência, enfrentando às novas demandas das diferentes expressões da Questão Social que vão se apresentando num novo cenário de Estado mínimo, exige destes profissionais uma visão crítica, comprometida embasados no Projeto Ético Político.

Um cenário lamentável se descortina diante de nós, uma grande taxa de desemprego, somada à uma crescente ausência de participação e colaboração das grandes empresas em firmar parcerias com a GMFI, para inserção dos

adolescentes no mundo do trabalho que está cada vez mais exigente e desafiador conforme a fala da AS2;

Eu acho que os desafios é quando a gente tem que conversar às vezes com o dono da empresa, às vezes com o chefe do RH, e às vezes com o funcionário que trabalha em algum setor, que não tem a mesma informação que o chefe, que o dono tem. Estas são algumas das dificuldades e desafios que nos são impostos no cotidiano do nosso trabalho (grifo do autor) (AS 2).

Associado ao descomprometimento do Estado com suas responsabilidades e de formulação de políticas públicas e sociais, vem colocando milhões de brasileiros e famílias em vulnerabilidade e risco social, tendo seus direitos violados garantidos pela Constituição Federal de 1988. Diante dessa conjuntura, o Assistente Social precisa interpretar as reais necessidades e demandas da classe trabalhadora na contemporaneidade, tendo como enfoque o enfraquecimento da garantia de direitos dos sujeitos e mudanças do mundo do trabalho.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2015, p,20).

A postura requerida do Assistente Social no contexto contemporâneo é de um suporte no processo de transformação, dando autonomia ao sujeito para que o mesmo se reconheça como agente transformador de sua própria história, o profissional de Serviço Social precisa ir além de suas práticas habituais, obviamente que sempre sem infringir o código de ética profissional, mas sair do engessamento e buscar alternativas plausíveis e soluções no exercício profissional.

A atuação do assistente social nessa conjuntura de Estado mínimo em garantia de direitos, onde a Questão Social e suas múltiplas expressões vem crescendo demasiadamente, traz ao profissional novos desafios e um olhar mais ativo e crítico, para que se possa atuar como um agente de garantias de direitos e efetivação das políticas públicas em sua totalidade.

O debate contemporâneo do Serviço Social antecipa problemáticas e propostas, preenchendo lacunas e somando forças para o enfrentamento da voga neoliberal em suas características conservadoras e privatistas, que reduzem o cidadão à figura do consumidor ao erigir o mercado como eixo regulador da vida social, obscurecendo as funções públicas do Estado a favor de sua privatização. Assim, pensar a formação profissional no presente é, ao

mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. (IAMAMOTO, 2015, p. 169).

Cabe a esse profissional se especializar elaborando estratégias juntamente com outras equipes multidisciplinares e interdisciplinares, para que haja uma leitura crítica da realidade e trazendo reflexões sobre todas essas transformações que estão ocorrendo

Diante do exposto, pode-se concluir que a conjuntura Neoliberal está enraizada em todas as formas de relações sociais, e o assistente social diante desse cenário em que o mesmo está inserido e onde sua forma de atuação por muitas vezes é contraditória o mesmo tem o papel de grande relevância onde o Estado é mínimo em relação a garantias de direitos e implementação de políticas pública, o profissional tem o grande desafio, a de que os direitos já conquistados sejam efetivado, mantendo uma postura crítica a esse modo de reprodução capitalista e sempre se baseando e se direcionando pelo projeto ético - político a de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipatória para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Neoliberalismo como uma nova ordem mundial, emerge como uma gestão do capital que beneficia os interesses da classe burguesa, por meio de modificações nas políticas públicas, caracterizou-se pela crescente desigualdade econômica e social nos países da Europa e América Latina. Os assistentes sociais como classe trabalhadora assalariada tem sofrido grandes impactos na sua forma de atuação dentro do neoliberalismo, pois esse profissional fica à mercê das instituições onde prestam serviços focalizados, pontuais e muitas vezes são limitados na forma de planejar, criar e executar políticas sociais.

Diante dessa realidade a presente pesquisa trouxe como objetivo conhecer a atuação desses profissionais dentro da Instituição Guarda Mirim em Foz do Iguaçu, no qual foi possível analisar a partir de suas falas, quais são os desafios e limitações encontrados por eles no cotidiano de seus trabalhos, tais como os instrumentos utilizados dentro de suas competências frente ao cenário neoliberal.

Um dos pontos principais desta pesquisa, foi esclarecer a importância do trabalho das assistentes sociais dentro da GMFI, na qual foi possível concluir que esses profissionais por meio de um trabalho contextualizado e de qualidade social, visa contribuir para a garantia dos direitos dos adolescentes que fazem parte do Programa de Aprendizagem.

Porém, não se pode negar que o Terceiro Setor não poderá nunca ocupar e realizar completamente o papel do Estado no enfrentamento das diferentes expressões da Questão Social, ainda que as OSCs tenham um significado muito importante para que estes adolescentes em situação de vulnerabilidade social possam ter acesso a seus direitos.

A atuação das profissionais com competência, comprometidas, com um olhar crítico se faz necessário e fundamental, para assim poder atender de forma integral os adolescentes, priorizando ações frente às múltiplas limitações e desafios presentes no mundo capitalista.

Por fim, a análise realizada a partir das entrevistas feitas às assistentes sociais foi de suma importância para refletir sobre o trabalho das mesmas dentro do Terceiro Setor, destacando o árduo trabalho na mediação entre correlação de forças existente entre a garantia de direitos e a visão capitalista das empresas, como também as múltiplas expressões da Questão Social que enfrentam os

adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

Esta pesquisa foi realizada apenas em uma OSC, o que não contempla em sua totalidade sobre o exercício do assistente social nas demais OSCs do município, deixando assim, muitos questionamentos sobre como é a formulação e execução das ações, como também as articulações entre as políticas sociais de forma a poder ter uma melhoria nas demandas atendidas e as que não conseguem atender (demanda reprimida).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C. T. **Educação empreendedora: (des)socialização e subsunção do trabalho ao capital**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. 2. ed. Assunção, PY: 2012.

ALVES, M. A. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. 2019. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2019/09/04/16_30_48_593_TEXTO_01_Terceiro_Setor_as_origens_do_conceito.pdf>. Acesso: 15 de setembro de 2023.

ANDERSON, P. **Balanco do Neoliberalismo**. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>>. Acesso: 15 setembro de 2023.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; CARRAPEIRO, J. M. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 105 -118, 2014.

AZEVEDO, A. S. **Os Governos Neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Lula**. 2013. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BEZERRA, J. (28 de 11 de 2018). Toda Materia .Disponivel em: <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo-no-brasil/> Acesso: 25 de setembro 2023

BOCCHI, O. H. **O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público**. Curitiba: Ibpex, 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. Lei 8.742/1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**.

_____. Lei 9790/1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências**.

_____. Lei 13.019/2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de**

mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. **A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional.** *Psicologia Política*, v. 8, n. 17, p. 129-148. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>>. Acesso: 25 de setembro de 2023.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Princípios Fundamentais. Disponível em: https://arquivos.mppb.mp.br/psicosocial/servico_social/codigo_etica_ss.pdf. Acesso em 25 de junho de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de ética do assistente social.** 10º ed. Revista atualizada. Brasília. 2013.

COSTA, L. M. R. **O Serviço social e o terceiro setor: uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades do/a assistente social na APAE/Natal.** 2019. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista AURORA**, n. 3, 2008.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. 2019. 6 set. 2021. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

_____. **Resolução CFESS Nº 594**, de 21 de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>>. Acesso: 10 de outubro de 2023.

Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe- CRESS SE. **O perfil do Assistente Social.** Disponível em: <<https://cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/>>. Acesso: 15 de agosto de 2023.

FALCONER, A. P. **A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e de seu campo de gestão.** 1999. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GARCEZ, T. **A História do Serviço Social no Brasil.** 2021. Disponível em:

<<https://portaldoss.com.br/historia-do-servico-social-no-brasil/>>. Acesso: 20 de set. 2023.

GATTÁS, M. L. B. et al. Interdisciplinaridade: uma contextualização. IN: **Acta paul. enferm.** v. 19, n. 3. São Paulo: jul./set. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/zcxLWkprCCXBFcghb5qfYcp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de outubro 2023.

GESUAS. **A instrumentalidade na prática do Assistente Social.** 6 de fev. 2020. Disponível em: <<https://blog.gesuas.com.br/a-instrumentalidade/>>. Acesso: 6 de outubro de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical developoment.** Londres: Verso, 2006.

IAMAMOTO. M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO. M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** São Paulo: Cortez. 2016.

IAMAMOTO. M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE: Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO. M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO. M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO. M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço social direitos sociais e competências profissionais,** 2018, p. 1-41, 7. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto201804131241048556780.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

H2FOZ. **Agende. Guarda Mirim divulga prazo de inscrição para a formação em 2022.** 14 de dezembro 2021. Disponível em:<<https://www.h2foz.com.br/educacao/agende-guarda-mirim-divulga-prazo-de-inscricao-para-formacao-em-2022/>>. Acesso: 18 de setembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População de Foz do Iguaçu.** Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso: 15 de set 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Mapas das Organizações da Sociedade Civil.** 2010-2020. Disponível em:

<<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>>. Acesso em: 29 set. 2023.

LIMA, G.; FURTADO, V. **Política pública dos telecentros e prevenção da violência. Sociologias**, 2008.

MARCONI, M. A e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, S. R. **Neoliberalismo: uma fase atual do capitalismo**. 2016. XV Encontro regional de História. ISSN 1808-9690. UFPR. Curitiba- PR.

MARQUES, V. O que é Neoliberalismo: características, história e exemplos. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo/>. Acesso em: 20 set. 2023

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor: uma crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed, São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, C. **O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, R. C. **A Decolagem do Neoliberalismo nos Estados Unidos uma História que ensina**. Revista Tempo do mundo, rtm, v. 4, n. 2, jul 2018. Disponível em:<<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/13/13>>. Acesso: 4 de setembro de 2023.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez. 2015.

NEVES, S. L. S.; OLIVEIRA, K. V. A. **A PRÁTICA DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR COMO LUTA E RESISTÊNCIA**. 2018. Disponível em:<<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23377>>. Acesso:15 de setembro de 2023.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PILONI, T. **A intervenção social do Terceiro Setor no contexto do neoliberalismo: o fetiche da participação democrática e da solidariedade voluntária**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.- MDS. **Política Nacional de Assistência Social PNAS. 2004.** Disponível em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso: 15 de setembro de 2023.

RADAELLI, S. F. S. **Impactos provocados a partir da pandemia de Covid 19 no exercício profissional dos assistentes sociais na área hospitalar.** 2022.83 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RAUTIO, S. J. En los dos lados del Atlántico. Recuperado el 24 de 11 de 2019, del neoliberalismo en América Latina: <https://blogs.helsinki.fi/temashispanicos/?p=185>. set./dez. 2015 v.4n.3, p . 181- 199 ISSN: 2317-2428 copyright@2014www.rigs.ufba.br.

SALAMON, L. et al. **Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector.** Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies. 1999.

SANTOS, T. A. Lulismo e Movimentos Sociais: Uma Reflexão a partir da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), 2003-2017. **Pegada**, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

SILVA, J. A. **Uma trajetória de ética do/a assistente social e o projeto ético-político uma trajetória histórica de mudanças.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC, 27 a 29 de outubro de 2015. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correto.pdf?sequence=1#:~:text=O%20CE%2F93%20indica%20princ%C3%Adpios,de%20todos%20os%20tipos%20de>. Acesso: 1 de outubro de 2023.

SILVA, L. L. **O trabalho do assistente social no “terceiro setor”: a superação das dificuldades e a construção de caminhos.** 2008. Pontifícia Universidade de São Paulo. PUC – SP.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. **O projeto ético-político do serviço social.** 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso: 29 setembro de 2023.

VAN TIL, J. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon et al. **Critical Issues in American Philanthropy.** San Francisco: Jossey-Bass, 1990, pp. 19-38.

YAZBEK *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

ANEXO I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ -
UNIOESTE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social e Terceiro Setor

Pesquisador: Talita de Melo Lira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73835223.3.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.424.954

Apresentação do Projeto:

Saneamento de pendências da pesquisa:

Título da Pesquisa: Serviço Social e Terceiro Setor

Pesquisador Responsável: Talita de Melo Lira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73835223.3.0000.0107

Submetido em: 12/10/2023

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Localização atual da Versão do Projeto: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Objetivo da Pesquisa:

Vide descrição anteriormente apresentada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide descrição anteriormente apresentada.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ -
UNIOESTE



Continuação do Parecer: 6.424.954

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide descrição anteriormente apresentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide descrição anteriormente apresentada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O cronograma foi ajustado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar o Relatório Final na Plataforma Brasil até 30 dias após o encerramento desta pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2198619.pdf	12/10/2023 11:30:10		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaElizabeth_atualizado.docx	06/10/2023 09:57:59	Talita de Melo Lira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Elizabeth.pdf	18/08/2023 20:55:17	ELIZABETH MENDONCA DE PAIVA SOARES	Aceito
Outros	EntrevistaElizabeth_revisado.doc	18/08/2023 20:48:49	ELIZABETH MENDONCA DE PAIVA SOARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Digitalizado2_Elizabeth.pdf	18/08/2023 19:50:30	ELIZABETH MENDONCA DE PAIVA SOARES	Aceito
Parecer Anterior	Digitalizado_TermoCiencia_Elizabeth.pdf	18/08/2023 19:48:54	ELIZABETH MENDONCA DE PAIVA SOARES	Aceito
Folha de Rosto	Digitalizado_UNILA_Elizabeth.pdf	18/08/2023 19:41:56	ELIZABETH MENDONCA DE PAIVA SOARES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ -
UNIOESTE



Continuação do Parecer: 6.424.954

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 12 de Outubro de 2023

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCADEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política**

Entrevista Guarda Mirim

Nome:

Idade:

Cargo:

Quanto tempo de formada

Tempo no cargo:

Instituição:

Lugar da entrevista:

Hora:

- 1) Qual é o objetivo da instituição que o Sr.(a) trabalha?
- 2) Quantos profissionais trabalham na instituição?
- 3) Há quanto tempo o Sr.(a) trabalha na instituição?
- 4) Como é o trabalho da Assistente Social na instituição?
- 5) Como é o trabalho em equipe e a relação com os outros profissionais?
- 6) Quais os principais instrumentos de trabalho que são utilizados pela Sr.(a) ?
- 7) Quais os principais faces da questão social que o Sr.(a) percebem diariamente?
- 8) Qual o público que o Sr.(a) atende na instituição?
- 9) Quantas pessoas são atendidas na instituição?
- 10) Atualmente existe demanda reprimida?
- 11) A instituição dá suporte necessário para o atendimento do público alvo?
- 12) O Sr.(a) trabalha em parceria com alguma política pública?
- 13) Esta instituição está articulada com a assistência social?
- 14) A instituição participa de algum conselho ou fórum de direito em Foz do Iguaçu?
- 15) Quais são os desafios e limitações que você pode citar para a sua prática profissional?
- 16) Como Assistente Social que atua no terceiro setor, o que você gostaria que mudasse para você exercer melhor o seu papel?



INDICAÇÃO FORMAL DE MONITOR

A indicação de um empregado na condição de monitor dos aprendizes visa atender o disposto no §1º do artigo 65 do Decreto Federal nº 9.579 de 2018, de modo a garantir que nenhuma atividade venha a ser desenvolvida em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem da Guarda Mirim.

No desenvolvimento e acompanhamento da prática profissional, o empregado na condição de monitor assume o papel de **facilitador**, provendo os meios necessários ao exercício das atividades práticas, orientando o aprendiz em todo o processo de ensino e aprendizagem como:

- Conduzir as atividades de aprendizagem;
- Fornecer ao aprendiz todas as informações necessárias para o desenvolvimento dessas atividades;
- Prestar assistência, acompanhando, propiciando momentos e situações para auto-avaliação, monitorando os resultados;
- Atenção particular se houver pessoas com deficiência na condição de aprendizes. Neste caso, caberá também ao monitor, verificar as adequações necessárias para que cada aprendiz possa obter o melhor aproveitamento das atividades de aprendizagem, considerando as necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Início das atividades: _____/_____/_____

(nome do aprendiz por extenso)

(nome do monitor por extenso)

(nome do responsável do R.H por extenso)

Rua Tadeu Trompschinski, 56, Vila Maracanã, CEP 85852-350

CNPJ: 77.412.799/0001-58 | Foz do Iguaçu - PR | Telefone: (45) 3574-1289

w w w . g u a r d a m i r i m f o z . o r g . b r



FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO APRENDIZ

Estabelecimento: _____ Avaliador(a): _____

E-mail avaliador(a): _____ Tel. avaliador(a): (____) _____

Aprendiz avaliado(a): _____ Setor aprendiz: _____

QUANTO AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Quais são as atividades desenvolvidas no setor?

Apresenta problemas quanto ao uso de celular ou outros eletrônicos?

Entende com facilidade o que lhe é Pedido/orientado?

Como é o relacionamento com o monitor?

Demonstra abertura para receber orientações e feedbacks sobre as atividades realizadas?

O aprendiz comenta no setor seus problemas particulares? Caso sim, qual é a orientação?

Apresenta postura e comportamento adequado ao ambiente de trabalho?

Interage de forma adequada com pessoas em contextos variados, com respeito, gentileza e educação?

O aprendiz falta com frequência?

O aprendiz é pontual?

Realize abaixo uma descrição do desempenho do aprendiz avaliado, ressaltando os pontos fortes e os pontos de desenvolvimento para o próximo período.

Elabore uma autoavaliação enquanto monitor do aprendiz.

Qual sua avaliação sobre os serviços prestados pela Guarda Mirim ao estabelecimento?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Assistentes Sociais Responsáveis:

Maria Roseli - avaliacao@guardamirimfoz.org.br

Anelise Balardini - anelise@guardamirimfoz.org.br

Assinatura e carimbo do avaliador

 / /

Data

Ressaltamos que esta Avaliação está alinhada ao disposto no art. 5º, inciso VII, da Portaria 723/2012 do Ministério do Trabalho e Emprego.

IDENTIFICAÇÃO				
Nome completo:				
Nome social:			Data de Nascimento:	
CPF:				
Possui carteira de trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não/perdi				
Nº do PIS, NIS ou NIT:			Nº da carteira de identidade	
Área: <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Urbana				
A casa é? <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Alugada				
Bairro:			Ponto de referência:	
Telefone 01:			Telefone 02:	
UF Naturalidade:				
Nacionalidade: <input type="checkbox"/> Brasileira <input type="checkbox"/> Paraguaia <input type="checkbox"/> Outra				
Território: <input type="checkbox"/> Leste <input type="checkbox"/> Oeste <input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Sul				
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado				
Cor/raça: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Não me identifico				
Faixa etária: <input type="checkbox"/> 14 anos <input type="checkbox"/> 15 anos <input type="checkbox"/> 16 anos <input type="checkbox"/> 17 anos				
Escolaridade: <input type="checkbox"/> Não alfabetizada <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto				
Qual turno você estuda? <input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite				
É pessoa com deficiência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Qual?	
É beneficiário de prestação continuada (BPC)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Algum tipo de dificuldade de locomoção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Está cumprindo medida socioeducativa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Já cumpriu medida socioeducativa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Habilidade manual: <input type="checkbox"/> Destro <input type="checkbox"/> Canhoto <input type="checkbox"/> Ambidestro				
Sabe usar programas básicos de informática? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Quantas pessoas moram na mesma casa?				
Qual a renda familiar?				
Alguém da família recebe auxílio do governo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Qual?	
Você é o responsável pelo cartão do auxílio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Nome do responsável legal:				
É: <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Avô/avó <input type="checkbox"/> Irmão/irmã <input type="checkbox"/> Tio/tia <input type="checkbox"/> Tutor/guardião				
Escolaridade responsável <input type="checkbox"/> Não alfabetizada <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo				
Nome do responsável legal:				
É: <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Avô/avó <input type="checkbox"/> Irmão/irmã <input type="checkbox"/> Tio/tia <input type="checkbox"/> Tutor/guardião				
Escolaridade responsável <input type="checkbox"/> Não alfabetizada <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo				
COMPOSIÇÃO FAMILIAR				
Nome	Idade	Parentesco	Ocupação	Renda

Nº DE PESSOAS	TOTAL R\$	

ENTREVISTADOR/NOME	DATA
--------------------	------

6- SITUAÇÃO REGIONAL

QUAIS SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO A FAMÍLIA JÁ UTILIZOU?

 CONSELHO TUTELAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA CRAS CREAS OUTROS

QUAIS DIFICULDADES JÁ ENFRENTADAS COM O ADOLESCENTE?

 DROGAS ALCOOLISMO EXPLORAÇÃO SEXUAL AGRESSIVIDADE ESCOLA OUTROS

QUAIS AS ESPERATIVAS DA FAMÍLIA COM RELAÇÃO A GUARDA MIRIM, ALEM DO TRABALHO?

ENFERMAGEM

Destino do Lixo;	<input type="checkbox"/> Coleta	<input type="checkbox"/> Ceu Aberto
Animais Domésticos: quais e quantos;	<input type="checkbox"/> Cachorro	<input type="checkbox"/> Gato
Condição de Higiene;	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Média
Condições de Segurança;	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Média
Ambiente:		
Existe stress no ambiente;	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não _____
Poluição: De que tipo;	<input type="checkbox"/> Ambiental	<input type="checkbox"/> Sonora
Aglomerado de Pessoas;	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não _____
Dividem o quarto com irmão/outros.	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não _____